

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Programa de Pós-Graduação em letras

MECANISMOS DE CONCRETIZAÇÃO

Dissertação submetida à
Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção
do grau de Mestre em Letras (Linguística)

D E M E R V A L M A F R A

Março - 1977

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO
DO TÍTULO DE

"MESTRE EM LETRAS"

E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO ORIENTADOR E PELO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO

Prof. José Curi
Orientador

Profa. Dolores Ruth Simões de Almeida
Integradora do Curso de Pós-Graduação

BANCA EXAMINADORA:

À minha esposa
e
aos meus filhos

Os agradecimentos à minha família
pela compreensão e pelo apoio;
ao Departamento de Letras da FURB
pelo incentivo recebido;
à "Associação dos Amigos da FURB"
pelo auxílio prestado;
aos amigos Ingo e José que, conosco,
compartilharam dois anos de viagens;
à Universidade Federal de Santa Catarina
que sempre nos acolheu fraternalmente;
ao Colégio Normal Ruy Barbosa, Timbó,
- direção, professores e alunos
ao Prof. José Curi, e principalmente a ele,
pelo trabalho dedicado de orientar a tese.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	1
MATERIAL E MÉTODOS	3
A. Material	3
B. Métodos	3
1. REVISÃO DA LITERATURA	5
1.1. Colocações Gerais: Semiótica e Semiologia ..	5
1.2. A Natureza do Signo Lingüístico segundo vários autores	6
1.2.1. Herculano de Carvalho	7
1.2.2. Husserl	8
1.2.3. Ogden e Richards	9
1.2.4. Adam Schaff	11
1.2.5. A Escolástica	12
1.2.6. Saussure	13
1.2.7. Peirce	14
1.3. Conclusão	17
Referências Bibliográficas	20
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1. Forma e Temática dos Signos	21
2.2. Ullmann e as Dominantes Semânticas do Francês .	29
2.3. Causas da Imprecisão das Palavras	34
Referências Bibliográficas	38
3. MECANISMOS DE CONCRETIZAÇÃO	40
3.1. O Concreto e o Abstrato	40
3.2. Os Mecanismos de Concretização	50

3.2.1.	Os Determinantes como Mecanismos Concreti- zadores	50
3.2.2.1.	Os Determinantes no Texto Poético	55
3.2.2.	A Analogia como fator de Concretização	60
3.2.3.	A Onomatopéia como fator de Concretização ..	69
3.2.4.	A Concretização através das funções sintá- ticas	76
3.2.5.	A Concretização através das metáforas	80
	CONCLUSÃO	85
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
	BIBLIOGRAFIA CITADA	90

R E S U M O

Esta dissertação pretende dar uma orientação um pouco diferente ao estudo da concretização dos nomes no Português.

Começamos dando uma visão geral da literatura acerca do signo lingüístico, para poder embasar a "Fundamentação Teórica", onde tentamos levantar a seguinte proposição: todo signo precisa de contexto para referenciar, seja um contexto próprio, seja um contexto "ad hoc".

Uma vez argumentada essa proposição, tentamos concluir que o signo lingüístico - signo eminentemente convencional - só poderá referenciar em contexto, pois é através deste - através de alguns processos chamados "mecanismos de concretização" - que chegamos ao isolamento do(s) sema(s) necessário(s) para a perfeita referência.

Tentamos, nessa ocasião, confrontar nossas idéias com as de alguns gramáticos conceituados.

Colocamos, após, várias considerações sobre alguns mecanismos, principalmente os mais utilizados, que atuariam na concretização do signo lingüístico.

Finalmente, concluimos sobre as circunstâncias em que o signo lingüístico poderia ser considerado concreto.

A B S T R A C T

This dissertation aims at providing a different orientation to the study of the concreteness of the nouns in Portuguese.

In the beginning one gives a general view of the literature dealing with the linguistic sign, to be able to give support to the "Theoretical Foundation", thus the following proposition is raised: every sign needs a context to which it must refer, be it in its own context or in an "ad hoc" one.

Once this proposition has been argued upon, one attempts to conclude that the linguistic sign - an eminently conventional one is only able to be referred to in context, a means by which one may reach the isolation of the sema(s) which is (are) necessary for a perfect reference. This method is obtained achieved by the employment of certain processes known as the "concreteness mechanisms". Then, one attempted to confront one's ideas with those of a few experts in grammar.

Afterwards, one made various considerations about some mechanisms, mainly the most used ones, which would the part in the concreteness of the linguistic sign.

Finally, one reached conclusions about the circumstances in which linguistic sign could be considered concrete.

INTRODUÇÃO

O interesse mais próximo por esse trabalho surgiu nas aulas de "Estruturas do Português" do professor Hilário Bohn; o mais remoto nasceu da atividade docente do dia-a-dia, quando, então, tentávamos encontrar um meio de burlar as malícias dos alunos sobre o tema: "Concreto e Abstrato".

Tentamos, então, em três modestos capítulos, tornar públicas algumas idéias que pudessem propiciar novas abordagens para esse tema sempre bastante complexo. Para tanto, começamos sintetizando o que vários semioticistas colocaram acerca do signo lingüístico, autores como Peirce, Husserl, Herculano de Carvalho, Ogden e Richards, Schaff, Saussure e a Escolástica.

O segundo capítulo prendeu-se à forma e à temática dos signos, tentando evidenciar as suas duas grandes divisões (eliminando-se qualquer vinculação com terminologias usadas por algum dos semioticistas citados):

- a. o signo pode possuir apenas uma díade referencial - nele agrupamos os signos naturais e espontâneos, isto é: signos com um contexto "ad hoc" e com um contexto próprio, respectivamente;
- b. o signo pode possuir uma tríade referencial - nele agrupamos todos os signos convencionais, signos que só em contexto podem referenciar.

Nesse capítulo era nosso objeto ir aprofundando e destacando a idéia de que os signos são sempre contextuais, não importando se o contexto for "ad hoc", ou propriamente pertinente.

E nossa idéia consegue aclarar-se sempre mais através de uma série de exemplos, todos nos levando à imperiosa necessidade de o signo só poder referenciar em contexto.

No capítulo terceiro, uma vez argumentado que o signo é por natureza contextual, tentamos mostrar:

a. que isoladamente o signo lingüístico, que é eminentemente convencional, carecerá de referência, levando-nos a uma impossibilidade de destacarmos-lhe o sema especificador, ou o traço lexical capaz de nos aclarar o conteúdo significativo.

b. que o signo lingüístico, sendo possuidor de semas (traços lexicais) variadíssimos, consegue referenciar ao selecionarmos, dentre todos os seus satélites significativos, o(s) que nos levaria(m), contextualmente, a visualizarmos o objeto.

c. que, se é somente em contexto que descartamos do signo vários semas desnecessários para a referência "X", devemos, então, ter certos processos capazes ou próprios para executarmos essa seleção.

E esses processos denominamos de "Mecanismos de Concretização".

Comentamos, então, o trabalho concretizador dos mecanismos que achamos mais fundamentais para a seleção sêmica ou, portanto, para a concretização.

d. Concluímos, então, o trabalho com a idéia que nos propusemos inicialmente: ver no contexto e unicamente nele a força concretizadora dos nomes, caminho este que, ao nosso ver, parece ir mais de encontro a uma realidade sêmica: a de o signo possuir sempre um contexto, seja um contexto próprio, seja um contexto "ad hoc".

Sabemos que nosso trabalho é limitado, pois, em ocasião alguma, ele tentou desbravar caminhos com argumentações axiomáticas: sabemos de nossas limitações. Esperamos, contudo, que ele seja visto como uma tentativa de imprimir novos rumos a um delicado item da estrutura de nossa língua: a concretização dos nomes (*).

(*) Concretização dos nomes, ou concretização dos signos lingüísticos utilizados na comunicação.

MATERIAL E MÉTODOS

A. Material:

Para a realização de nosso trabalho, as fontes de material são normalmente bibliográficas:

a. para a Revisão da Literatura, focalizando o pensamento de alguns semioticistas, nos utilizamos de fontes bibliográficas e de um sem número de anotações e resumos conseguidos em palestras, seminários e estudos.

b. para a Fundamentação Teórica, nos utilizamos da teorização de alguns escritores para embasar nossa linha de trabalho.

Os exemplos foram tirados, nesse capítulo, de pesquisas particulares, observando-se ao máximo a adequabilidade e a atualização.

c. para desenvolver o terceiro capítulo, considerado por nós como o miolo do trabalho, nos utilizamos também de um material bibliográfico associado às indagações particulares, também com exemplos que atendessem aos requisitos observados em "b".

Conclui-se, então, que o material utilizado é essencialmente bibliográfico, fruto de leituras e de anotações feitas em seminários e palestras.

B. Métodos:

Tentamos desenvolver nosso trabalho, apoiados principalmente em Peirce, Saussure e Tomás de Aquino. Dentro, portanto, de um racionamento positivista.

Começamos examinando a natureza e a forma do signo linguístico e mostrando a necessidade do contexto para o signo referenciar.

Posto isto, tentamos depreender as conclusões que motivaram o trabalho: se o signo é essencialmente contextual, devemos ter mecanismos concretizadores, tirados do contexto, capa-

zes de anular a polissemia natural dos signos.

Para aclarar a redação, achamos conveniente:

- a. desenvolvermos nossos comentários ou os dos autores em notas de rodapé, antecidas do asterisco (*);
- b. numerarmos a referência bibliográfica logo após a citação do autor, exigindo que:
 - a numeração fosse mantida;
 - a numeração fosse progressiva;
 - a numeração bibliográfica aparecesse logo após cada capítulo;
 - houvesse uma referência bibliográfica ao final do trabalho, em ordem alfabética;
 - após as citações colocássemos apenas a página referenciada;
- c. as frases exemplificativas dentro do possível, serem numeradas progressivamente.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. Colocações Gerais: Semiótica e Semiologia.

A Semiótica surgiu com Charles Sanders Peirce. Ele define os aspectos essenciais da Semiótica num artigo da revista "Monist" (1906), sob o título de "Prolegomena to an Apology for Pragmatism".

O termo Semiologia foi criado por Saussure, pela mesma época, para designar um mesmo tipo de estudo, isto é: estudar os sinais e como empregá-los. A Semiologia passa a se preocupar não só com os estudos das línguas, mas também com o estudo de outros sistemas de signos. A lingüística passou, então, a ser apenas uma parte dessa ciência geral (para Saussure, a língua é um fato semiológico como tantos outros, evidentemente que mais importante).

Por razões práticas, uma vez haver certas indefinições quanto ao emprego da Semiótica e da Semiologia, em 1969 um comitê internacional estabeleceu o emprego do termo Semiótica, e o fez aparecer na "Associação Internacional da Semiótica".

Assim sendo, Semiótica passa a designar a descrição dos sistemas de sinais e de outras práticas significantes (entenda-se por isso os diferentes procedimentos de produção de sentido), além das línguas naturais - constituindo estas, como a linguagem em geral, o objeto da lingüística. Estuda, portanto, principalmente a função dos sinais, tanto nas línguas naturais, como nas línguas artificialmente construídas.

Dentro da doutrina filosófica geral dos sinais e símbolos, esse estudo compreende 3 ramos: Sintaxe, Semântica e Pragmática.

1.2. A Natureza do Signo Lingüístico segundo vários autores.

Para elaborarmos uma teoria sobre a concretização dos nomes será necessário, inicialmente, comentar a natureza dos signos.

O signo lingüístico é arbitrário, mas essa arbitrariedade poderá desaparecer em vários tipos de signos. É mais ou menos o que Saussure (01), às páginas 82 e 83, pensa quando diz que a escolha do significante nem sempre é arbitrária, principalmente quando tratarmos das onomatopéias, das exclamações, das dissonâncias, das aliteraões, das harmonias imitativas e do valor significativo de certas palavras. Essa posição de Saussure nos leva a aceitar uma divisão dicotômica e genérica dos signos:

- a. Signos com uma tríade referencial - em que a arbitrariedade faz aparecer entre o sujeito (emissor e receptor) e o objeto a intenção significativa, caracterizada pelo sinal, para que possa existir a referenciação.
- b. Signos com uma díade referencial - em que a ausência de arbitrariedade, caracterizada pela intenção significativa, é explicada pelo fato de apenas dois elementos serem necessários para referenciar perfeitamente o objeto, uma vez que o objeto traduz o sinal, e vice-versa.

O fato de o objeto remeter diretamente ao signo faz com que a extensão - valor significativo genérico atribuído ao signo - desapareça em favor da compreensão - valor significativo particular atribuído ao signo. E esse foi um fato que nos remeteu ao estudo do concreto e do abstrato. O outro fato foi o comentário de Saussure (01), à página 152, dizendo que "dezenove" é signo motivado porque composto de "dez" e "nove". "Pereira" é signo motivado porque tem, como palavra primeira, "pera", e um sufixo que lembra uma série de outras palavras que traduzem a mesma idéia semântica (árvore que produz pera, maçã...). Podendo-se, então, dizer que as palavras primitivas podem ser motivadas e imotivadas, sendo que as derivadas serão apenas motivadas.

Passemos, agora, à classificação dos signos segundo a divisão que vários lingüistas utilizam:

1.2.1. Herculano de Carvalho (2):

Algo é sinal quando significar, "quando nele conheço outro objeto diverso" (pág. 102). O sinal sempre está entre dois termos que dele fazem parte integrante: o sujeito e o objeto. Da associação dos três elementos surge o conhecimento.

Classifica os signos em:

A. Sinais segundo a natureza da primeira significação: sinal/sujeito:

a. Instrumentais - são sinais exteriores à potência cognoscitiva. Serão elementos naturais que, metonimicamente, representarão objetos cognitivamente apreendidos.

Ex: a fumaça, significando fogo

b. Formais - são internos. "Modos de conhecer pelos quais e nos quais os objetos da realidade se tornam presentes no conhecimento, no íntimo da própria potência cognoscitiva." (pág. 11).

Ex: imagens psíquicas, conceitos

(os sinais Formais de Herculano serão sempre abstratos, por serem abrangentes; por serem não um objeto em particular, mas formarem uma classe).

B. Segundo a natureza da relação significativa sinal/objeto - a que liga o sinal ao objeto significado:

a. Naturais - "Sinais cuja relação significativa se fundamenta numa proporção ou conexão real e intrínseca, entre aquilo que é sinal e aquilo que é objeto significado." (pág. 116)

Esses são genéricos. Em qualquer lugar significarão sempre a mesma coisa.

Os sinais Instrumentais também poderão ser encontrados dentro dos Naturais, bem como os Formais (a imagem é causada pelo objeto que a produz; e esse objeto será natural. Ex: os relâmpagos - sinais naturais de chuva; o gemido - sinal

natural de dor).

b. Convencionais - sua "ação significativa se fundamenta numa imposição voluntária, num ato extrínseco de denominação, implícita ou explicitamente intencional, segundo o qual o objeto é, por um lado, assumido e proposto, e, por outro lado, aceito como sinal de algo." (pág. 118)

Ex: sinais de trânsito; a palavra (morfema)

C. Segundo a Natureza da relação Sinal/Origem:

a. Espontâneos - são indícios, são sintomas. Neles não existe qualquer ato volitivo ou imperativo: brotam espontaneamente.

Ex: os sinais Naturais

b. Intencionais - são criados para agirem como sinais. Resultam de um ato deliberado da vontade.

Ex: os sinais convencionais

Podemos, então, resumir Herculano da seguinte maneira: basicamente temos dois tipos de sinais: sinais Formais e sinais Instrumentais.

Os sinais Formais podem ser Naturais e Intencionais.

Os sinais Convencionais serão sempre Intencionais.

Os sinais Naturais serão Espontâneos ou Intencionais.

1.2.2. Husserl (será examinado segundo Ogden e Richards (4) e A. Schaff (5)) (3).

Para ele a função da expressão está ligada ao objeto, ao significado e às palavras.

Os signos lingüísticos estão divididos em Índices e Expressões.

Os últimos são os verdadeiros signos. Os primeiros apenas representam ou substituem coisas: a expressão nos transporta ao conceitual, ao universal.

Husserl distingue ainda os significados intencionais - atos de dar significação - e significados realizados - atos de realizar o significado, porque só esses podem significar,

ou só esses podem exercer a função de expressar pensamentos.

Segundo A. Schaff, Husserl opõe a "Ausdruck" (expressões ou signos expressivos) todos os outros signos, como os "Anzeichen" (Índices - ex: lágrimas), obscurecendo "toda a distinção possível entre os últimos (os quais podem ser altamente significativos), e lhes nega a função de expressar alguma coisa.

A tipologia de Husserl também leva em conta - e nisso ele tem certamente razão - o caráter específico dos Índices, no sentido de signos Naturais. Mas ao mesmo tempo essa tipologia obscurece a diferença entre os índices assim interpretados e os signos de vários tipos, que ele amontoa na mesma categoria (refiro-me aqui, sobretudo, aos signos que poderíamos chamar de Sinais, Símbolos, Símbolos Icônicos, etc).

.....
A tipologia de Husserl não deve ser confundida com a disputa de que Índices deveriam ficar fora da análise dos signos propriamente ditos, pois a extensão de Índices (Anzeichen), segundo ele cobre todos os índices, como todos os signos propriamente ditos, exceto os signos verbais" (pág. 170).

Adam Schaff chama os Índices de sinais Naturais. Os "Anzeichen" de Husserl não correspondem aos sinais Naturais de Schaff. São Naturais apenas aqueles que não têm nenhuma vinculação com a intencionalidade.

1.2.3. Ogden e Richards (4)

Comentam que em todo o pensamento interpretamos sinais: "a nossa interpretação de qualquer sinal é a nossa reação psicológica ao mesmo, tal como determinada pela nossa experiência atual" (pág. 246).

Levando em conta que é impossível estudar símbolos sem consonância com as referências que eles simbolizam, devemos observar cinco funções perfeitamente destacáveis dentro das palavras (e essas funções determinarão o uso do símbolo):

A. Nossas palavras simbolizam referências e emoções, atitudes.

Assim, toda palavra é interpretada de duas maneiras:

- a. provém dos símbolos para o referente;
- b. a segunda interpretação provém dos sinais verbais para as atitudes e emoções.

Por isso que ele vê um uso simbólico e um uso emotivo para os símbolos: "o uso simbólico das palavras é o enunciado ou declaração - o registro, suporte, organização e comunicação de referências.

O uso emotivo é uma questão mais simples: é o emprego das palavras para a expressão ou excitar sentimentos e atitudes... Cada uma dessas funções contrastadas tem, como se verá, dois aspectos, o de elocutor e o de ouvinte.

Na função simbólica estão incluídas a simbolização de referências e a sua comunicação ao ouvinte.

Na função emotiva incluem-se a expressão de emoções, atitudes, estados de ânimo, intenções, etc, no elocutor e sua comunicação, isto é, a evocação de tais expressões no ouvinte" (pág. 159).

B. A expressão de atitude para com o ouvinte.

Atitudes como amizade, animosidade, etc. Na fala podemos perceber isso pela intenção. Na escrita utilizamos-nos de vários recursos retóricos, como linguagem figurada, pontuação...

C. Promoção dos efeitos pretendidos:

Usamos símbolos diferentes para conseguir, por exemplo, alegria ou tristeza no ouvinte.

D. A expressão de atitude para com o referente:

Sejam exemplos a valoração estética e a ênfase.

E. Apoio da referência:

São os graus de facilidade e de dificuldade que

entram em questão.

1.2.4. Adam Schaff (5)

Divide os signos em:

A. Naturais

O mesmo que Reais para Martinak; o mesmo que Signum Naturale para os antigos. São os índices e os Sintomas. Representam mais ou menos os "Anzeichen" de Husserl.

B. Artificiais

São os signos propriamente ditos, e estão divididos em: (*)

Signos Verbais

Signos com Expressões Derivativa

Os signos com expressão derivativa se dividem em:

Substitutivos

Sinais

Sinal "é um signo cujo propósito é evocar alguma ação, modificá-la ou fazer alguém desistir de praticá-la" (pág. 182).

Ex: sinal verde; apito de fábrica

A ação decorrente do Sinal deverá estar social e individualmente bem acordada, isto é: a reação que ela desencadear foi pré-estabelecida antes. (**)

Os signos Substitutivos está subdivididos em:

Substitutivos "Strictu Sensu":

Objetos materiais que substituem outros objetos.

Ex: as imagens, as fotografias. Eles concretizam noções abstratas.

(*) Os sinais Artificiais de Schaff representam mais ou menos os Ausdruck de Husserl, com a diferença de que Schaff cria tipos de Ausdruck, como se vê pela divisão em "signos verbais" e "signos de expressão derivativa".

(**) Aqui aparece a diferença que ele tenta fazer entre signo e sinal.

Símbolos:

"Em meu sistema os Símbolos são uma subclasse dos signos substitutivos, caracterizando-se principalmente pelas três características seguintes:

1. objetos materiais representam noções abstratas;
2. a representação baseia-se numa convenção que deve ser conhecida, para que se compreenda determinado símbolo;
3. a representação convencional baseia-se na representação de uma noção abstrata pelo signo, representação que faz apelos externos aos sentidos (e semanticamente atua por exemplificação, alegoria, metáfora, alusão à mitologia, o princípio "pars pro toto", etc)" (pág. 186).

1.2.5. A Escolástica (será vista através do resumo feito pelo professor J. Curi (6), em Tese apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina)

A. Signo Natural - A relação entre o signo e a coisa significada se processa na mesma natureza, isto é, aquele que, em qualquer lugar, significar sempre alguma coisa pela sua própria natureza.

Ex: fumaça, com respeito ao fogo

B. Signo Manifestativo - simplesmente manifesta a existência de coisas.

Ex: relâmpagos, anunciando tempestade.

C. Signo Supositivo - atua metonimicamente. Ele toma lugar daquilo que deverá se manifestar. É o emprego do cetro pelo rei.

D. Signo Quod. - se faz conhecer antes mesmo de manifestar o objeto ou o significado. É o mais abrangente: reúne em si quase todos os signos. H. de Carvalho chama-os de Instrumentais.

E. Signo Quo - seria o signo Formal de Herculano, as imagens psíquicas e os conceitos. É por ele que os objetos da realidade se tornam presentes ao conhecimento.

1.2.6. Saussure (1)

Signo é a combinação de conceito e de imagem acústica, ou de significante mais significado. Essa combinação é arbitrária.

Símbolo é o signo lingüístico, isto é: o significante.

O significante, pelo fato de ser auditivo, representa

- a. uma extensão
- b. uma extensão mensurável numa só dimensão.

É o caráter linear do significante, isto é: uma outra característica do significante.

Nenhum elemento de uma sociedade será capaz de modificar o signo escolhido, e essa imutabilidade deve-se:

- a. "ã multidão de signos necessários para constituir uma língua";
- b. "ao caráter arbitrário do signo";
- c. "ao caráter demasiado complexo do sistema";
- d. ã resistência da inércia coletiva a toda renovação lingüística (pág. 87-88).

À página 89, ele comenta: "o tempo que assegura a contigüidade da língua, tem um outro efeito, na aparência contraditório com o primeiro: o de alterar mais ou menos rapidamente os signos lingüísticos e em certo sentido, pode-se falar, ao mesmo tempo da mutabilidade e da imutabilidade do signo".

Com essas colocações Saussure introduz mais duas características semiológicas: a mutabilidade e a imutabilidade do signo lingüístico.

Saussure comenta, também, que numa língua tudo se baseia em relações. Existem, assim, duas relações básicas: a sintagmática e a associativa.

Para essas duas associações existirem, far-se-á necessária mais uma característica sígnica que é a posição: praesentia - absentia.

É claro, então, que o signo existirá por essas relações, que são frutos desses dois estados de coisas, como quantidade discreta, numa terminologia aristotélica (8).

Saussure apresenta ainda mais duas características:

- a. a arbitrariedade absoluta do signo lingüístico
- b. a arbitrariedade relativa do signo lingüístico

Na primeira o signo é imotivado; na segunda, motivado, ou parcialmente motivado.

1.2.7. Peirce (7 e 3)

Peirce foi quem mais se dedicou ao estudo dos sinais e, talvez, foi sua a tentativa mais bem elaborada de explicação de sinais. Portanto, é como que o criador da Semiótica, da ciência dos sinais.

Trata dos elementos de significação chamando-os de Sinais e diz que todo o sinal comporta um objeto e um interpretante.

"Interpretante é aquilo que o Sinal produz na Quase-Mente que é o intérprete, determinando este para um sentimento, para um exercício ou para um sinal, cuja determinação é o interpretante". (*)

Admite três interpretantes:

(*) Tirado de um artigo da Revista "Monist", 1906, sob o título de "Prolegomena to an Apology for Pragmatism" (3, pág. 280).

1. O Imediato - é o interpretante fruto da correta compreensão do sinal; é o significado do sinal.

Conforme Ogden e Richards, interpretando Peirce, os sinais terão três classes, fruto de suas relações com o interpretante imediato:

- a. Os que são interpretáveis em pensamentos ou outros sinais da mesma espécie, em séries infinitas"
- b. "Os que são interpretáveis em experiências reais"
- c. "Os que são interpretáveis em qualidades de sentimentos ou apresentações." (284)

2. Dinâmico - é o efeito que o sinal realmente desencadeia.

Os sinais em relação ao interpretante Dinâmico, podem recorrer de três maneiras:

- a. "Um argumento só pode ser submetido ao seu interpretante, como algo cuja razoabilidade será reconhecida"
- b. "Um argumento ou Dicente poderá ser recomendado ao Interpretante por um ato de insistência"
- c. "Um argumento ou Dicente pode ser, e um Rheme só pode ser apresentado ao interpretante para meditação". (284)

3. O Final - nome provisório para Peirce - maneira como o sinal tende a representar-se em relação ao objeto.

Comenta, também, que temos sempre dois objetos:

1. O Imediato - é o objeto tal como o próprio sinal o representa.

O sinal, quando relacionado com o objeto Imediato, desenvolve o:

- a. "Signo que é representado em seu interpretante

significado como se estivesse numa relação real com o seu objeto". É todo o signo relacionado com algum elemento concretizador. Será chamado de Dicente, Dizente, Decissigno.

- b. "Signo representado em seu interpretante significado como se fosse uma letra ou sinal de escrita (...)". São todas as palavras isoladas, ou qualquer sinal que não seja nem verdadeiro nem falso. Será chamado de Rheme, Rema, Rhensigno.
- c. "Sinal que é representado em seu interpretante significado, não como um signo desse interpretante, a conclusão, mas como se fosse um signo do interpretante, ou talvez como se fosse um signo do estado do Universo a que ele se refere, em que as premissas são axiomáticas". (pág. 283, 4)

2. O objeto Dinâmico - é a realidade que consegue determinar o sinal para a sua interpretação. Podem se manifestar como:

- a. Ícones - cujos elementos são idênticos ao objeto relacionado. Ex: qualquer sentimento excitado (qualissigno) por um trecho musical.
- b. Símbolo - a relação com o objeto é fruto de uma convenção, de um hábito (para Peirce, todo símbolo deverá incorporar um hábito) e tem por função despertar significações. Será sempre um Legissigno.
- c. Índices - o Sinal é determinado pelo próprio objeto que possui algo em comum com o signo representado.
Ex: o sintoma de uma doença, um nome próprio

Todo Sinal pode ser sinal de:

- a. qualidade (Qualissigno) - em que o Signo é tão só qualidade de seu objeto
- b. um existente (Sinsigno) - onde o Signo é existência real, ou então um acontecimento
- c. uma lei (Legissigno) - em que o Signo é uma lei, quase sempre estabelecida pelo homem.

Finalmente, Peirce comenta ainda uma divisão dos signos quanto à Natureza. Fala, então, de Tipo e das variações dos Tipos (Token - espécime, amostra), que ele denomina de Instâncias.

Para exemplificar, Peirce comenta vinte "Os" de uma página, dizendo que, se formos contar o número de palavras, teremos neles vinte palavras (pelo menos em nossa contagem). Na realidade, contudo, teremos um Tipo "O", com vinte Instâncias.

Finalmente, é interessante terminarmos Peirce dizendo que ele conseguiu acima de 60 classes de signos, o que, positivamente, embora valesse a intenção de querer aclarar o estudo da ciência dos sinais, serviu para confundir ainda mais o estudo da Semiótica.

1.3. Conclusão:

Vimos, então, que todos os principais semioticistas procuraram, de uma forma ou de outra, dar conta dos dois aspectos que estão nos motivando o trabalho - a concretização dentro do signo, ou a abstração como elemento próprio da natureza do signo convencional, fora de contexto.

Percebe-se que todos os semioticistas examinados se esmeraram na perquirição da natureza e da forma do signo, deixando, contudo de comentar essa característica sîgnica: todo signo convencional fora de contexto é abstrato.

Assim, para H. de Carvalho, os signos Instrumentais, ou os

Índices de Husserl; ou os signos em seu uso emotivo, para Ogden e Richards; ou os signos Naturais, e os Símbolos, e os Sinais e os Signos Substitutivos *Strictu Sensu* para Adam Schaff; ou o signo Natural, e o Manifestativo, e o Signo Quod para a Escolástica; ou o signo Motivado ou relativamente motivado para Saussure; ou o Signo Dicente, ou o Índice, ou, talvez, o Ícone e o Símbolo, ou o Sinsigno, para Peirce, são signos que deveriam ser concretos, dada sua natureza e por traduzirem maior compreensão e menor extensão que os seus demais (e os demais dos outros semioticistas mencionados), por serem elementos naturais que servem para representar uma imagem psíquica em nós.

Aproveito, então, para citar Baldwin (9):

"Em que sentido pode um significado que é universal, em relação à comunidade, ser ainda singular? No sentido de que exclui o significado singular do lógico, se por singular entendermos um tipo de significado a que falta comunidade. Pois quando um significado de singularidade é traduzido num juízo, então, precisamente os sinais que serviram para fazê-lo singular são generalizados num dos modos da comunidade - repetindo-se regularmente em diferentes experiências para a mesma pessoa ou para diferentes pessoas. O intento de singularidade que não admite generalização alguma retirou-se, então, para o domínio da apreciação direta ou experiência imediata".

Terminamos, então, definindo signo como a partir de agora o veremos:

"Signo é aquilo através do qual alguém chega ao conhecimento de outra coisa" (10, pág. 369). (*)

E para ele poder referenciar deverá estar, sendo um signo convencional, sempre em contexto, por possuir uma tríade re-

(*) "Signum est (illud) per quod aliquis devenit in cognitionem alterius"

ferencial:

Sujeito (emissor e receptor), intenção e objeto.

Sendo um signo com uma díade referencial (sujeito-objeto), o contexto propriamente não será necessário, por já ser-lhe inerente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Lingüística Geral. São Paulo, Ed. Cultrix, 4a. ed. 1972.
2. CARVALHO, José G. Herculano. Teoria da Linguagem - Natureza do Fenômeno Lingüístico e a Análise das Línguas. Coimbra Atlântica Editora, Tomo I (s/ed.), 1970.
3. HUSSERL, E. Logische Untersuchungen, Halle (s/ed.), 1921
Apud Adam Schaff - "Introdução à Semântica". e Ogden & Richards - "O Significado do Significado".
4. OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A.. O Significado de Significado - Um Estudo da influência da Linguagem sobre o Pensamento e sobre a Ciência do Simbolismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores (s/ed.), 1972.
5. SCHAFF, Adam. Introdução à Semântica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, (s/ed.), 1968.
6. CURI, José. O Signo Lingüístico como Expressão Intencionalística (Tese de Livre Docência, apresentada e defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, em março de 1974).
7. PEIRCE, C. S. - Logic as Semiotic: Theory of Signs, in Philosophical writings of Peirce. New York (s/ed.) 1955.
8. ARISTÓTELES. Organon, I Categories; II L'Interpretation. Trad. par J. Tricot. Paris Livrarie Philosophique J. Vrin, (s/ed.), 1946.
9. BALDWIN. Thought and Things. Vol. II - cap. IV. Apud Ogden & Richards.
10. AQUINO, S. Tomás de. Summa Theologiae. Paris Tertia, Taurini - Romae, (s/ed.), 1968.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Forma e temática dos signos

Ao nominarmos alguma coisa utilizamos o signo. Este se comporá sempre de um elemento artificial, às vezes natural, que é a forma de que nos utilizamos para representar esse objeto; e um elemento físico, que é a referência criada pela forma abstrata.

Como dissemos antes, essa referência poderá ser natural (extra-lingüística), sendo que, nesse caso, a referência entre o signo e o objeto significado é perfeitamente lógica, compreensível. É o que acontece com os signos que denominamos de Naturais e de Espontâneos.

Naturais são os signos, conforme J. Curi (6) "cujas relações significativas se fundamentam numa proporção ou numa conexão real e intrínseca, fundada in re, na realidade, e não mera relação mental entre aquilo que é sinal e aquilo que é objeto significado". (pág. 16)

Espontâneos, continua J. Curi, são os signos cujo aparecimento não é condicionado a um ato volitivo ou intenção significativa". (pág. 15)

Os signos Espontâneos possuem apenas uma díade referencial: sujeito-objeto (são exemplos todas as onomatopéias em sua forma primitiva).

Os signos Naturais, embora possuam também uma díade referencial, são fruto, contudo, de um acordo mútuo entre emissor e receptor. Isto é: o signo traduz inteiramente o objeto significado, apenas que ele deverá ser entendido de igual forma pelos dois falantes, e não quer isso dizer que deva entrar alguma função intelectual, o que caracteriza os signos convencionais, que, por isso mesmo, deverão ter uma tríade referencial: sujeito (emissor e receptor), sinal e objeto.

Essa terminologia, aliada a outras tantas, existe fundamentalmente para reafirmar que os signos são intencionais e naturais, *latu sensu* (eliminando-se qualquer vinculação com terminologias usadas anteriormente).

Os signos intencionais foram criados para referenciar algum objeto que poderá existir ou não logicamente; os signos naturais foram criados ou em decorrência de uma referência "ad hoc", ou em decorrência de uma imitação, sendo que os signos criados em decorrência de uma imitação possuem referência perfeitamente lógica.

Como referência "ad hoc" podemos citar as aliterações onomatopaicas, ex:

"Vozes veladas, veludas vozes," Cruz e Souza (11)

ou os estratos fônicos:

"O diabo é que a vida
Nem sempre porém,
A toada da onda
Que vai e que vem.
Mas da onda daonde?
Até não sei bem
Ora bolas pra onda
Que vai e que vem" (*)

ou os signos semiológicos:

Roland Barthes (13) acha melhor denominá-los de funções -

(*) O poema é de João Alphonsus, transcrito por Carlos Drummond de Andrade em "Passeios na Ilha".

À página 173 desse livro ele mesmo comenta a força do estrato fônico desse poema: "Gosto em especial dessa onda vagabunda, que parece ela própria dizer: ora bolas! e que lembra irresistivelmente o jeitão do poeta, na sua filosófica postura diante da vida". (12)

signos, uma vez serem de origem utilitária ou funcional; existe uma semantização da função, isto é; a função penetra-se de sentido e portanto "desde que haja sociedade, qualquer uso se converte em signo desse uso" (pág. 44) (*). Os signos Semiológicos costumam dar o que denominamos, em Estilística, de Tropos (principalmente as Metonímias) e esses normalmente têm vida dentro do contexto.

Os signos com uma referência "ad hoc" (os naturais e os convencionais) costumam depender do contexto para existirem. Já as onomatopéias por desenvolverem uma relação dual (sujeito-objeto) podem existir independentemente do contexto, com sentido perfeitamente intelegível (principalmente quando for uma onomatopéia em sua forma primária). É evidente que as aliterações onomatopaicas, pelo emprego generalizado, passam a representar signos espontâneos também, podendo, então, viverem fora de contexto.

Os signos naturais foram denominados pela Escolástica de Signos Quod, que são os signos encontrados na mente do indivíduo de forma perfeitamente materializada, levando-nos, rapidamente, a conceituar ou recordar o objeto.

Esse caráter sígnico (conceituar ou recordar o objeto), como se disse antes, também poderá ser atribuído a nomes próprios (que são nomes que vivem apenas fora de contexto). Caso semelhante poderá ocorrer com os nomes técnicos, respeitando-se, evidentemente, os limites que cada palavra po-

(*) Ele reforça essa idéia dizendo à página 45 que, "para reencontrarmos um objeto insignificante, seria preciso achar um utensílio absolutamente improvisado e que em nada se aproxima de um modelo existente (...): hipótese praticamente irrealizável em qualquer sociedade".

Talvez tenha havido aí um positivismo muito acentuado, fazendo do signo um elemento meramente fruto da sociedade. Ora, assim sendo, deveríamos não aceitar os signos naturais. Barthes cita como exemplo a capa de chuva.

derá ter, de acordo com a classe sócio-cultural que irá utilizá-la, pois podem criar uma imagem psíquica bastante tremida para pessoas alheias ao campo da cultura a que pertence o nome.

Os signos convencionais, que também são frutos de uma referência "ad hoc", foram denominados, na Escolástica, de signos QUO, pois são signos que se encontram no intelecto do falante ou do sujeito cognoscente como essência, isto é: vão precisar do contexto para materializarem-se. Aliás, toda referência é essencialmente contextual.

São os signos Quo que existem em maior quantidade dentro da língua portuguesa. Afinal de contas, os signos foram criados para atenderem a uma generalidade, sendo que, para cada situação diferente, poderemos nos utilizar de uma série de mecanismos capazes de anular todos os acidentes que acompanham um signo e que serão desnecessários para a imagem psíquica em questão. Por isso Saussure tem razão em dizer que o signo lingüístico tem valor na oração.

Claro que valor como signo Quod, porque todo signo Quo em contexto torna-se materializado, com uma imagem psíquica definida, diminuído de sua extensão e enriquecido em sua compreensão.

Ou toda palavra (estamos falando aqui dos signos convencionais e intencionais, ou de todos aqueles que não se agrupam ao redor dos signos Naturais e Espontâneos, porque estes não precisam obrigatoriamente de contexto - e a palavra é um signo convencional) toda palavra precisa de contexto para explicitação, para determinação.

Esse contexto virá em favor da referência: quando quisermos referenciar um objeto, deveremos descartá-lo de todos os acidentes, de toda a possibilidade de fuga semântica, para evitarmos as imprecisões, que irão impedir a referência.

Aliás, essa imprecisão é que torna a língua capaz de nominar todos os objetos, pois "os limites referenciais das palavras são, às vezes, indeterminados: onde ocorre a divisão de colina e montanha, verde e azul? cada língua cria

suas fronteiras donde a diferença de tradução (14, pág. 327). É por isso que as referências podem ser imprecisas ou genéricas e somente com elementos sintáticos, léxicos ou morfológicos a imprecisão poderá desaparecer. (*)

Quando quisermos referenciar o objeto, isto é, na procura de contexto para o signo, não devemos pensar obrigatoriamente que a referência exige como condição "sine qua non" a existência de objetos do mundo físico. A existência poderá ser fictícia. É o caso do vocabulário mítico, que poderá existir de duas maneiras:

a. por livre associação de idéias:

"Sargon
Assarhaddon
Assurbanipal
Teglattphalasar, Salmanassar
Nabonid, Nabopalassar, Nabucodonosor
Balsazar
Sanekherib" (15)

(Nesse caso vamos ter uma referência "ad hoc". Portanto, o vocabulário existia totalmente na extensão e só criou corpo, pôde existir, numa cadeia sintática).

b. por referência a uma existência mítica:

Ex: Saci Pererê, Lobisomem, etc

O interessante desse tipo de referência é o fato de trabalharmos sempre com um signo Quo, isto é, um signo que existe apenas como essência no intelecto. Agora, talvez pelo fato de estar tão associado ao mundo infantil e, portanto, necessitar de uma representação concreta, é que esse tipo de signo pode viver fora de contexto (essa referência poderá ser também analógica, isto é, ela existirá através do espelho).

(*) Usaremos então, cadeias sintáticas em forma de locução, de frases ou de discursos; usaremos montagens, analogias, onomatopéias, isto é: os mecanismos de concretização.

Mas é a realidade ou o objeto mental que cria a imprecisão ao fazermos a referência? Ambos: o objeto mental porque esse nem sempre se coaduna com os limites da realidade; a realidade, porque essa nem sempre foi a causa da nominação, uma vez que o signo foi criado principalmente por convenção.

Agora, se eliminarmos um desses motivos de imprecisão, a referência vai se tornar clara. É o que vamos conseguir pela analogia, pelos determinantes, pelas onomatopéias e por outros recursos de concretização já citados. (*)

Agora, tirante esses mecanismos, a língua por si só é polissêmica.

E a língua com sua poesia, sua afetividade, sua natural multiplicidade tornará ainda mais imprecisa a referência porque a realidade é infinitamente variada e nela não existem limites fixos, apenas transições imperceptíveis, como diz Baldinger (16). E se é verdade que as palavras ao se agruparem perdem toda sua autonomia, só tendo sentido quando reunidas, também é verdade que essa associação se desagrega logo após sua formação, adquirindo as palavras sua inteira liberdade de se reagruparem de novo. Portanto, justamente para que possamos ter informações diferentes, em contextos diferentes, é que vamos usar tão poucos signos literários para tão variado número de situações.

Essa falta de autonomia que as palavras adquirem ao se agruparem pode supor dois graus, segundo Alan Rey (17):

- a. a coesão dos termos é relativa - tenho dinheiro
- b. a coesão dos termos é absoluta - tenho dito.

Portanto, elas (as palavras - signos convencionais) associadas tornam-se impossíveis de serem definidas, pois elas podem exprimir desde um conceito isolado, abstrato, até um conceito concreto, de relação (ao se dizer relação, não se fala de morfemas relacionais como: de, para,

(*) Havendo o objeto especificado, o signo também não será polissêmico, como o caso da linguagem técnica.

etc; fala-se da relação sintagmática, da criação de sintagmas). Portanto: impossíveis de serem definidas, porque elas podem absorver muito ou pouco da substância conceitual do pensamento.

Já os verbos de ação fogem a isso, se estiverem conjugados: Ex: eu ando.

Isso porque essa forma verbal é na realidade um sintagma sintático, de sujeito e predicado.

Pode-se perceber que esse mesmo fato não vai ocorrer com as formas nominais, ex: andando, andar, etc.

O latim, como língua sintética, tinha para o vocábulo certos morfemas relacionais que forçosamente deixavam o termo bem delimitado por viver em sintagmas, o que acontecia em todos os casos, com exceção do nominativo.

Ex: hominis.

Não se trata de uma palavra isolada, mas de um sintagma possivelmente possessivo - do homem.

O Latim era uma língua bastante concreta, sintética, o que ocorre atualmente com o alemão, dando um exemplo. Contudo, o gênero neutro, como pode ser reparado através de alguns substantivos, é exemplo de um tipo de imprecisão que podemos ver numa língua tão sintética, tão concreta.

Portanto, o termo usado só como quantidade discreta, embora numericamente seja uno, único, é, na mente humana, um poço sem fundo, porque ninguém pode tolher a liberdade de associarmos o termo a uma série de outros signos lingüísticos, originando-se a polissemia.

E é assim pensando que precisamos admitir a multiplicidade, enquanto quantidade discreta, para aquilo que parece ser numericamente uno.

Isso devido a:

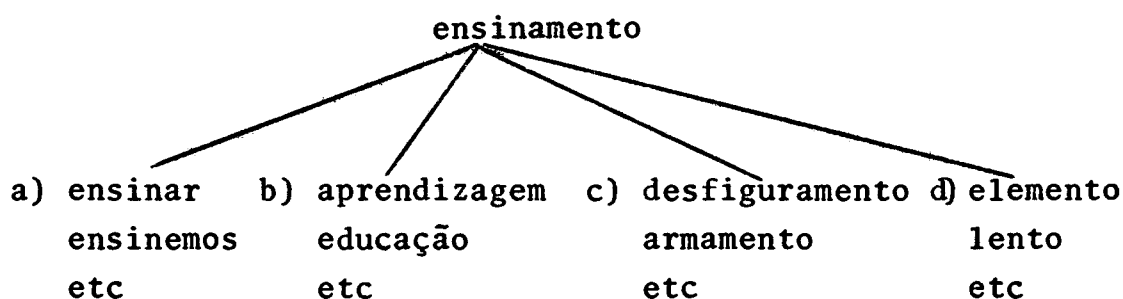
- a. famílias etimológicas - agrupamento de palavras motivado por eixo semântico de origem comum, por uma comunidade de origem.
- b. famílias ideológicas - onde as palavras se as-

sociam pela noção fundamental comum, respeitada a sinonímia, porque tudo o que eu digo da espécie também digo do indivíduo.

- c. família semântica - criada pela livre associação semântica, onde só uma análise componencial poderia dar todos os traços comuns às diversas palavras, traços esses que nos dariam o motivo desse espectro semântico.

Toda palavra possui ao redor de si uma rede magnética que atrai outras palavras, e essas, outras e assim por diante. Os três mecanismos mais comuns, responsáveis por essa atração magnética, já mostramos. É mais ou menos o que Bally (18) chama de Campos Associativos (uma rede de associações em que umas palavras se baseiam na semelhança e outras na contigüidade).

Saussure (1, 120) diz que todas as palavras possuem uma rede de associações ao seu redor, que as relacionam com outros termos; que há associações que se baseiam em ligações entre os sentidos e que outras são puramente formais e outras, ainda, englobam simultaneamente a forma e o significado.



- a. semelhança formal
- b. semelhança semântica
- c. porque terminam em MENTO (sufixo que forma substantivos abstratos)
- d. semelhança acidental das terminações

Georges Mattoré (19), lingüista francês preocupado com os campos semânticos, chamou esses mecanismos de

Campos Nacionais. Seguiu uma linha parecida com a de Trier (20) que dividiu os campos como setores entrelaçados com o vocabulário, onde uma esfera particular será dividida, classificada e organizada de maneira que cada elemento contribui para delimitar os seus vizinhos e é por eles determinado, delimitado. Por isso que, para a escola de Trier, individualmente as palavras têm pouco valor, porque o que importa realmente é o campo semântico como um todo.

Difere de Trier por dar mais valor aos critérios sociais, criando as palavras-chave - unidade lexicológica que exprime uma sociedade, um ser, um sentimento, uma idéia, vivos na medida em que a sociedade neles recolhe o seu ideal - e palavras-testemunha - elementos particularmente importantes, em função dos quais se hierarquiza e se coordena a estrutura lexicológica.

G. Mattoré e Trier, falando dessa rede magnética que une as palavras mostraram pouco interesse pelo facto de as palavras poderem existir individualmente. Na verdade, se assim ocorresse, não haveria necessidade de comentarmos a concretização dos nomes, pois que todos seriam hipoteticamente concretos. E é essa falta de barreiras, advinda justamente dessa rede magnética, polissêmica, que atinge todos os signos convencionais (a palavra é um exemplo) que faz a palavra capaz de servir a vários contextos, bastando determiná-la diferentemente, o que vem traduzir sua função social.

Em seguida veremos como Ullmann vê esse mesmo aspecto - o de a palavra significar genericamente, devido à sua função social, e não particularmente - dentro da língua francesa. Apontará características facilmente observáveis na língua portuguesa, características essas responsáveis pela abstração das línguas.

2.2. Ullmann e as dominantes semânticas do Francês. (21)

Ullmann resumiu em nove as dominantes do Francês:

1. "a palavra francesa é essencialmente arbitrária por causa da perda de vínculos etimológicos, falta de motivação onomatopaica. A palavra não leva em si a nenhum índice formal de sua significação" (poderia acontecer através dos de terminantes, das onomatopéias...).

Esse aspecto também ocorre no Português, menos acentuadamente do que no Francês, onde as palavras tendem a converterem-se em signos puros ou puros signos, que se prestam aos mais variados empregos.

Toda língua está sempre em formação, em modificação, e o escalonamento social tem muito que ver com essa mobilidade linguística. Veja-se, por exemplo, a força da analogia na classe popular (malmente, emboramente, ele fazeu...), onde a vinculação etimológica ainda é bastante acentuada. Essa arbitrariedade também pode ser vista nas montagens (embora elas concretizem bastante o nome), por exemplo as montagens semânticas:

- a. "Enxerguei meu pai no enfim de uma hora"
(22, pág. 33)
- b. "O que consumia de comer era só um quase"
(idem, pág. 34)
- c. "O sofrer o assim das coisas"
(idem, pág. 18)
- d. "Um de repente enorme"
(idem, pág. 23)

ou as montagens mórficas:

- a. "Projimiro andara de Tangerino, positivo, ajudador, arrieiro"
(23, pág. 185)
- b. "...chinês... trenheso e formigo"
(idem, pág. 108)
- c. "Galhudos, gaiolos, estrelos, espácios, combutos, cubetos..."
(14, pág. 14)

ou as montagens vocabulares:

- a. tiriteso - tiritante e teso

- b. utopiedade - utopia e piedade
- c. neblinuvens - neblina e nuvens

Nas montagens do tipo semântico e mórfico, a palavra terá valor apenas contextualmente, o que não ocorre no terceiro caso onde, por justaposição e por aglutinação, dois termos se qualificam e se quantificam, formando uma espécie de sintagma sintático.

Podemos, também, ver essa arbitrariedade enfraquecer quando nos defrontamos com as aliteraões ou onomatopéias. Ex:

"Vozes veladas, veludas vozes,
Volúpias de violões, vozes veladas,
Vagam nos velhos vórtices velozes,
Dos ventos, vivas, vãs, vulcanizadas" (11)

ou:

"Enfunando os papos,
Saem da penumbra,
Aos pulos, os sapos.
A luz os deslumbra.

Em ronco que aterra,
Berra o sapo-boi:
"-Meu pai foi à guerra!"
"-Não foi! -"Foi" -"Não foi...
....." (24)

Em resumo é o que acontece (essa perda de arbitrariedade) com os signos Quod, quer como Naturais, quer como Espontâneos.

A arbitrariedade vai existir, portanto, essencialmente no signo Quo, quer como convencional, quer como intencional.

2. "A palavra francesa é essencialmente abstrata. A língua prefere termos elásticos de valor geral, que se interpretam em função do esquema de conjunto".

É evidentemente uma conclusão da primeira colocação, e o nosso vocabulário, bem como, às vezes, os signos Quod, vão

exigir sua colocação pelo menos no sintagma.

A aliteração onomatopaica, por exemplo - um signo natural por excelência -, muita vez perde essa característica signica justamente por não estar no contexto.

3. "Os valores afetivos se realizam com a ajuda de delicados mecanismos. O interesse que se põe nas diferentes formas de expressão lingüística se traduz por meio de recursos evocadores, ricos e matizados".

Esse fenômeno ocorre em Português. Inclusive a própria analogia se traduz como um dos mais interessantes recursos evocadores.

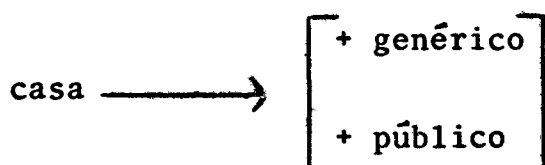
4. "As distinções sinonímicas são claras e sutis".

Já na língua portuguesa estas distinções não são tão claras, uma vez que a carga semântica de qualquer palavra é muito ampla para poder substituir outra.

Segundo Lyons (14), duas ou mais palavras são sinônimas se as frases que se obtêm em se substituindo uma pela outra têm o mesmo sentido. É o caso da alternativa MAS, onde todos os seus sinônimos parecem possuir uma carga efetiva a mais que a possuída pela palavra anterior, fazendo com que essa proliferação de nomes resulte numa série de palavras que se completam, pelo menos no campo afetivo.

Aliás, Lyons também prevê sinônimos dentro do campo afetivo e dentro do campo cognitivo (coloca em jogo a inteligência). Muitas vezes os dois tipos se acavalam culturalmente. Já no Português este acavalamento não é comum, embora o afetivo passe inicialmente pelo campo cognitivo, pois, ao tentarmos a equivalência frasal, vamos perceber que no campo genérico (o cognitivo, portanto) a equivalência existirá, o que deixará de acontecer no campo afetivo. Ex. "Casa" no plano cognitivo será sinônimo de "lar". Mas veja-se o que acontecerá no campo afetivo:

lar → [+ intimidade]



5. "A palavra francesa é essencialmente polissêmica".
 A polissemia nas línguas existe para servir ou dificultar a comunicação. Através dela vamos ver, inclusive, que o mesmo vocabulário poderá se dito com significação diferente para classes culturais diferentes. Portanto, a classe social, que muita vez reflete a classe cultural, pode nos traduzir problemas quanto à significação de um nome.

6. "O Francês é uma língua de homônimos, por causa da erosão fonética".

A homonímia fruto da erosão fonética, caracteriza todas as línguas, principalmente as que ainda sofrem grandes modificações fonéticas.

Exs: eminente/iminente
 ante/anti

7. "A freqüência da homonímia e da polissemia aumenta a visão de ambigüidade e de associações enfadonhas".

8. "Arbitrária e abstrata, a palavra francesa precisa do contexto para ser compreendida".

9. "Não é uma unidade fonética nem sintática. Sua função no discurso é determinada por sua posição na frase e pelos determinantes".

Sendo assim, a homonímia, a polissemia, a arbitrariedade e a amplitude (generalidade, vaguides, abstração), características das línguas, no caso, da língua portuguesa, farão com que a palavra precise essencialmente do contexto para ser compreendida. E, lógico, sua função no discurso é determinada por sua posição na frase, pelos determinantes que, embora concretizem, nem sempre a individualizam, mormente

devido a ambivalência (*).

Vemos, portanto, que podemos facilmente tornar essas características próprias da língua portuguesa, com as devidas restrições feitas.

2.3. Causas da imprecisão das palavras.

Como já dissemos anteriormente as línguas apresentam, mais ou menos acentuadamente, uma tendência para a imprecisão nos limites das palavras.

Isso acontece principalmente devido ao fato de poucos significantes serem utilizados para servirem à comunicação, quer a comunicação atinja falantes cultos, ou de classes profissionais diferentes, ou de classes etárias diferentes, ou de afetividades diferentes, ou de valorações diferentes.

Para apresentar resumidamente algumas causas da imprecisão das palavras queremos valer-nos, em parte, do que Ullmann (25) comentou nas páginas 131 a 158 e, em parte, de considerações pessoais.

a. Uma primeira causa da imprecisão das palavras está no caráter genérico que elas possuem. Com exceção dos nomes próprios e de alguns substantivos comuns principalmente os onomatopaicos, as palavras designam não entidades singulares, mas classes de coisas ou de acontecimentos ligados por qualquer elemento comum. Exceto no caso de termos científicos ou técnicos rigorosamente definidos, este processo de generalização acarretará um elemento de imprecisão.

Uma palavra sempre armazena apenas o que há de estável, de comum e impessoal nas impressões da humanidade. E isto é perfeitamente exato e, até certo ponto lamentável, mas é o preço que pagamos por termos um meio de comunicação social suficientemente flexível para enfrentarmos

(*) Conforme J. Kristeva, como veremos logo adiante.

a infinita variedade das nossas experiências.

Praticamente, em maior ou menor grau, todas as palavras são genéricas, mas isto varia de língua para língua.

Durante muito tempo foi hábito dos lingüistas, psicólogos e antropólogos considerar as línguas das raças primitivas como ricas em termos específicos, e pobres em termos genéricos. Aliás, os aborígenes da Tasmânia podem apresentar nomes para todos os tipos de seringueiras e acácias e nenhum nome para o termo genérico "árvore". Contudo, isto não quer dizer serem eles incapazes de generalizar. Esse fato reflete mais uma influência do meio ambiente e das condições de vida, do que uma incapacidade de generalização. (*)

Por isso Sapir (26) diz à página 90: "a linguagem é um inventário complexo de todas as idéias, interesses e ocupações que mobilizam a atenção da comunidade".

b. Pela vasta rede associativa - o magnetismo de cada palavra atrai inumeráveis outras, tanto no plano afetivo, como no plano cognitivo.

Aliás, Platão (27) também dizia que "nenhum homem inteligente terá a audácia de exprimir pela linguagem aquelas coisas que sua razão contemplou". E o porquê disso Goethe (28) nos dá quando diz que somos obrigados a usar o mesmo nome para designar inúmeras coisas diferentes (usamos o nome "amor" e "ódio" para nos referirmos a "mil amores e mil ódios diferentes").

c. Pelo grau de concretização que marca as línguas. Numa comparação entre o Francês e o Alemão, poderíamos dizer que a língua francesa é muito mais genérica do que a língua alemã. É comum encontrarmos um termo francês correspondendo a três termos particulares do Alemão. O verbo "aller", por exemplo, auxiliado pelo contexto (**), vai dar

(*) Atesta também essa influência do ambiente e das condições de vida o fato de os esquimós usarem uma variedade acentuada de palavras para tipos de neve, enquanto que o asteca usa a mesma raiz para frio, neve e gelo.

(**) (IR a pé, a cavalo, de carro).

três verbos diferentes na língua alemã:

"gehen" - andar

"reiten" - cavalgar

"Fahren" - guiar, andar de carro

O mesmo fato, aliás, marcará o inglês que utilizará "to walk", "to ride" e "to drive" para andar, cavalgar e guiar, respectivamente.

d. Pelo uso, emprego de cada palavra: a linguagem compõem-se de signos, a maior parte convencionais, criados pela sociedade. É por isso que um substantivo qualquer, ex: banco, vai referenciar diferente em vários grupos sociais: referenciará diferente para o banqueiro, para o mendigo e para um estudante. E essa convencionalidade criou signos que pudessem atingir todas as camadas sociais e culturais ao mesmo tempo. Disso resultou a:

e. Multiplicidade de aspectos de uma palavra monolítica, outra fonte de imprecisão das palavras, pois que nunca são completamente homogêneas. Se tomarmos substantivo comum com uma acepção concreta, tal como livro, sua significação variará de acordo com as pessoas que o usarem: significará diferentemente para um escritor, para um editor, para um impressor, para um livreiro, para um bibliotecário ou para um estudante. Se formos a uma loja adquirir um casaco azul, teremos que nos sujeitar à escolha de, pelo menos, cinco casacos de um só tipo, só que de "azuis" diferentes. Essa generalidade obrigou-nos portanto, ao uso de palavras em sintagmas, sendo que assim os limites estariam, então, bem mais definidos:

banco de escola

banco da praça

banco do Brasil

Este limite existirá, contudo, em palavras técnicas, em palavras onomatopaicas, enfim: em Signos Quod, Naturais e Espontâneos.

A falta de fronteiras terá ligações com o emprego que cada classe social e cultural faz do signo e esses dois motivos juntos dão uma sexta explicação:

f. A falta de familiaridade com o termo - Tomemos, por exemplo, um termo técnico: "Surrealismo". A imprecisão existirá apenas para os leigos em arte. Para Picasso o termo não seria impreciso, o que poderia acontecer, contudo, com outro termo do domínio do povo, do leigo. Portanto, a classe social, que muita vez reflete a classe cultural, pode nos traduzir problemas quanto à significação de um nome.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

11. CRUZ E SOUZA, João da. Violões que Choram - in O Simbolismo Apud Massaud Moisés. São Paulo, Cultrix 6a. ed., 1969.
12. ANDRADE, Carlos Drumond de. Passeios na Ilha - in Antologia Poética Rio de Janeiro, Ed. do Autor, 4a. ed., 1963.
13. BARTHES, Roland. Elementos de Semiologia. São Paulo, Cultrix (s/ed.), 1964.
14. LYONS, John. Linguistique Générale. Paris, Librairie Larousse (s/ed.), 1970.
15. ROSA, João Guimarães. Sagarana. Rio de Janeiro, José Olímpio Ed., 13 ed., 1971.
16. BALDINGER, Kurt. Teoria Semântica. Hacia una Semántica Moderna. (La Realidad y el Objeto Mental). Madrid, Ediciones Alcalá (s/ed.), 1970.
17. RAY, Alain. La Lexicologie. Paris, Librairie C. Klincksieck (s/ed.), 1970.
18. BALLY, Charles. Linguistique Générale et Linguistique Française. Berna, 1940.
19. MATTORÉ, G. La Methode en Lexicologie. Paris, Didier (s/ed.), 1953.
20. TRIER, J. Der Deutsche Wortschatz em Sinnbezirk des Verstandes. Die Geschichte eines Sprachlichen Feldes. Apud Stefenn Ullmann "Semántica" - Introducción a la Ciencia del Significado. Madrid, Aguilar, 2a. ed., 1967.
- 20a. TRIER, Apud Pierre Guiraud. "La Semantique" Paris Press Universitaires de France, 1962.
21. ULLMANN, St. Introducion a la Semantique Française (La Estructura de lo Vocabulaire). C.S.I.C. Madrid, pág. 424-426.
22. ROSA, J. Guimarães. Primeiras Estórias. Rio de Janeiro, José Olímpio Ed., 5a. ed., 1969.

23. ROSA, J. Guimarães. Tutaméia. Rio de Janeiro, José Olímpio Ed. 2a. ed., 1968.
24. BANDEIRA, Manuel. Carnaval. In Poesia Completa e Prosa. Rio de Janeiro, Ed. Aguilar (s/ed.), 1967.
25. ULLMANN, St. Semântica. Introducción a la Ciencia del Significado. Madrid, Aguilar 2a. ed., 1967.
26. SAPIR, Edward. Lingüística como Ciência. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica (s/ed.), 1969.
27. PLATÃO. Epístola Sétima. Apud W. M. Urban. "Language and Reality". Londres, 1939 (pág. 53).
28. GOETHE. Fausto. Apud St. Ullmann. "Semântica - Introducción a la Ciencia del Significado". Madrid, Aguilar 2a. ed., 1967.

3. MECANISMOS DE CONCRETIZAÇÃO

3.1. O Concreto e o Abstrato - teorização

Ao falarmos dessas características sígnicas, interessa primeiro sabermos o que entender por elas, uma vez que, pelas gramáticas tradicionais, o que temos, de forma alguma chega a satisfazer. Sobre o assunto muito já se comentou, tanto nominalistas, quanto conceitualistas e realistas.

Vejamos, então, as colocações de alguns gramáticos:

a. Rocha Lima (29)

Às páginas 61-63, comenta que "Concretos são os substantivos que designam seres que têm existência independente, ou que o pensamento apresenta como tal. Pouco importa que tais seres sejam reais ou não, materiais ou espirituais. Estão compreendidos os nomes que indicam:

- a. pessoas - Marcelo, Valentino,...
- b. lugares - Brasil, Porto Alegre,...
- c. entidades - gato, estrela, diabo, alma, saci,...
- d. objetos - lápis, faca,...
- e. fenômenos - chuva, nevoeiro,...
- f. instituições - parlamento, dinheiro,...
- g. concepções - círculo, algarismos,..."

"Abstratos são os substantivos que designam nomes de qualidades, ações ou estados - umas e outros imaginados independentemente dos seres de que provêm ou em que se manifestam.

Abrangem nomes que indicam:

- a. qualidades - formosura, tristeza,...
- b. ações - adoração, agradecimento,...
- c. estados - morte, vida,..."

"Muitos substantivos podem ser invariavelmente abstratos, ou concretos - conforme o sentido em que se empregam.

Deste modo REDAÇÃO, por exemplo, é nome abstrato, quando sig-

nificar o ato de redigir, numa frase como esta:

A redação das leis requer clareza e correção.

Com o sentido, porém, de trabalho escolar escrito, já passa a nome concreto:

Na redação do aluno, assinalei, a lápis vermelho, vários erros graves."

Logo após, Rocha Lima faz um comentário bastante interessante acerca de um mecanismo de concretização-o signo semiológico, que cria os nossos tropos:

"É com que se imaginem como seres animados algumas idéias abstratas: a palavra morte, por exemplo, além de se nos apresentar ao espírito como nome abstrato, a indicar mero estado, personifica-se quase sempre como uma figura malfazeja, de foice na mão - com uma forma que a imaginação coletiva já fixou".

.....

"Também se concretizam as qualidades personificadas - como, numa peça de teatro, as personagens Fama, Glória, etc.

A este processo de personificação de coisas abstratas dá-se o nome de Alegoria."

b. Celso Cunha (30)

Já Celso Cunha comenta que concretos são "os substantivos que designam os seres propriamente ditos, isto é, os nomes de pessoas, animais, vegetais, lugares, coisas. Exemplos: Homem, Maria, cão, Brasil, caneta, ...

Dá-se o nome de abstratos aos substantivos que designam ações, estados e qualidades, considerados como seres. Ex: beleza, opinião, ira, glória, viagem, produção, etc".
(pág. 121).

c. Said Ali (31)

Said Ali, à página 31, comenta que:

"Os substantivos concretos designam os seres propriamente

ditos, isto é, pessoa, animal, planta, lugar ou qualquer objeto. Ex: Antônio, homem, ...

Os substantivos abstratos designam atributos, qualidades e atos próprios dos seres, porém como se fossem outras entidades, como se estivessem separados dos seres. Exemplos:

Formosura, tristeza, largura, permissão, etc...."

Como vimos, os autores mais ou menos, vão se repetindo dentro desses parâmetros a respeito do concreto e do abstrato.

Nenhum deles tenta analisar a natureza do signo para, depois, concluir a respeito da significação.

Houve, a bem da verdade, uma preocupação com Rocha Lima, quando tentou ver a alegoria concretizando os nomes.

A ação concretizadora dos tropos, até certo ponto, contudo, é insignificante perto do trabalho da onomatopéia, da analogia, dos determinantes e das funções sintáticas.

O que todos fazem é tomar o signo isoladamente, livre de contexto, e tecer comentários sobre eles, a respeito da matéria.

Ora, como já comentamos anteriormente, os signos lingüísticos são principalmente convencionais e, portanto, necessitam do contexto para referenciar. E essa referência será essencialmente "ad hoc", uma vez todo signo ser polissêmico.

Conclui-se, portanto, que, isoladamente, particularmente, individualmente, o signo não referenciará, e seu caráter polissêmico impedirá a distinção do(s) sema(s) que o haveria (m) de particularizar.

Isoladamente todo signo convencional é genérico, é possuidor de uma abundância de semas prováveis que, justamente por serem demasiados, impedirão sua particularização, sua concretização.

Portanto: alegria, lápis, saci, dor, são semantemas possuidores de uma gama de semas, que só poderão ser especificados

quando o contexto estiver auxiliando a referência. Ex: banco

Esse semantema pode possuir os semas:

de comércio
de circulação
de depósito
de emissão
de sentar
de ensaio
de descarga
de sangue
de ferrador
de governo
de prova
de vela
de réus
hipotecário
industrial
baixio
escolho

e tantos outros.

Agora, se eu disser: "Fui ao banco cobrar um cheque", terei "banco" totalmente concreto (concreto pelo contexto: "cobrar um cheque"); ou:

"O banco azul está sem pé",

tenho, também, a palavra mais concretizada. Concretizada pelo contexto ("sem pé") e concretizada pelo determinante "azul", fazendo com que eu elimine os bancos de outras cores: não é qualquer banco, é o azul.

Essa generalidade que caracteriza as palavras, contudo, pressupõe algo genérico mas capaz de unir os semas entre si. Normalmente é a função que, no caso de banco, poderia ser apoio (o que também vem a ser um sema). Agora, se eu admitir esse elemento genérico capaz de unir os semas entre si, então estou admitindo o que já comentamos acerca de "Campo Semântico" termo proposto por Ipsen. E se

relermos o conteúdo sobre associação de palavras, visto no capítulo II, haveremos de concordar que isoladamente a palavra será sempre genérica, abstrata, não importando se indicar qualidade ou coisa.

Buysens (32) é até um pouco mais severo a respeito do caráter genérico das palavras quando tenta provar essa generalidade que caracteriza as linguagens, que faz com que abstraíamos do lexema somente o sema que está a interessar na referência - e que normalmente nos faz memorizar o sema mais genérico, mas mais abrangente - através do exemplo do trem das dez, onde todos dizem que vão tomar o "trem das dez" e, no entanto, não se lembram que, cada vez, o tempo, o espaço, a locomotiva, os vagões e o conteúdo poderão ser diferentes. No entanto utiliza-se a expressão "trem das dez", justamente por haver algo mais genérico, que é o que prende a atenção: aquilo que é comum (no trem, por exemplo, é a função).

Nós nos utilizamos de palavras abstratas para efetuar a comunicação e é devido a esses semas ou a essas idéias genéricas que podemos referenciar uma palavra. Torna-se prova do afirmado o fato de podermos comparar significados. Se tivermos, por exemplo, conforme Greimas (33),

SEMAS LEXEMAS	espacia lidade	dimensio nalidade	vertica lidade	horizon talidad.	perspec tividad.	la ter.
alto	÷	÷	÷	-	-	-
baixo	÷	÷	÷	-	-	-
longo	÷	÷	-	÷	÷	-
curto	÷	÷	-	÷	÷	-
largo	÷	÷	-	÷	-	÷
estreito	÷	÷	-	÷	-	÷
vasto	÷	-				
espesso	÷	-				

quadro visto à pág. 48, vamos ver que pela presença comum do sema espacialidade, posso reunir todos os oitos lexemas, e sob o sema dimensionalidade posso reunir os seis primeiros. Portanto, essa idéia genérica, abstrata, esse sema espacialidade, fez com que se pudesse falar de qualquer um desses temas (lexemas) e posteriormente associá-los.

Buysens (32) continua dizendo que o que chamam (os médicos psicólogos) de "atitude categorial" não é outra coisa senão a abstração. Sem ela não há absolutamente linguagem" (pág. 45).

Toda vez que mandarmos um aluno reproduzir uma história, um filme, fã-lo-ã com suas próprias palavras, alterando cenas e diálogos. E essa pequena adulteração não poderá ser criticada sob a alegação de não estar reproduzindo a estória. Ora, o que atesta tal exemplo? Exatamente o fato de termos gravado o filme ou a estória categorialmente, isto é: abstratamente; isto é: em sua essência. E mesmo que o aluno a reproduza com suas próprias palavras, deverá receber elogios por ter conseguido manter a idéia central.

É como vínhamos dizendo antes: a linguagem é basicamente composta de signos convencionais e esses são genéricos.

São genéricos justamente por serem poucos e para que nos seja possível guardar algum traço significativo deles, porque depois, ao colocarmos em contexto, os abstrairemos (*) de todos os semas que possam ser arrolados devido ao sema genérico guardado, para ficarmos com aquele(s) necessários para referenciar. Isso porque "diante do ato sêmico" concreto (**) nosso espírito procede a abstrações: em vez

(*) Abstrair significa conforme Buysens, "isolar pelo pensamento o que não está isolado no objeto do pensamento" (pág. 43). J. Laporte (34) diz: "sõ se abstrai o que se compara, isso significa que sõ se abstrai o que se re_{pete}".

(**) Ato sêmico, ou função dêitica, significa designar fatos concretos por semas, que são abstratos.

Ex: caneta - enquanto objeto é concreto; enquanto significação é abstrata, porque associa-se à grande classe das canetas (N. do A.).

de considerar atos diferentes em certos pontos e semelhantes em outros, agrupamos os atos em classes e abstraímos seus elementos funcionais comuns".

Um outro exemplo podemos tirar do próprio estudo lingüístico: quando formos analisar um corpus, contendo palavras de alguns falantes, invariavelmente encontraremos o seguinte aspecto: alguns sons serão básicos (fonemas) e outros serão apenas variantes (alofones).

Ora, o que é que vai marcar o estudo da língua, os fonemas ou os alofones?

Claro que justamente os fonemas, elementos mais abstratos, mais genéricos.

Normalmente essas abstrações (semas) se concretizam pela ação do receptor, que tenta canalizar a informação (se a comunicação for em nível sintagmático, o signo já irá delimitado, concretizado, pelas várias associações sintagmáticas e paradigmáticas).

Veja-se, em resumo, o que se costuma colocar na comunicação a respeito da atividade do emissor e do receptor:

Emissor - recebe um estímulo - que poderá ser interno ou externo - que vai ser elaborado mentalmente, o que será chamado de codificação. Isso nada mais é do que a escolha de lexemas.

Receptor - recebe também um estímulo (será sempre externo) que será, também, elaborado mentalmente. Como é difícil, contudo, saber o que se passa na mente do emissor, o receptor vai abstrair os elementos funcionais, donde irá sair o sema; vai abstrair desse processo concreto (que é a atividade do emissor) os elementos funcionais: é o que se chama de "ato sêmico".

O próximo trabalho será uma aproximação entre a abstração havida no emissor e o ato sêmico recebido.

Evidentemente que ao nível da concretização isso não ocorrerá, porque a diferença entre uma mente e outra é enorme

para nos preocuparmos com as minúcias. Será ao nível de abstração, porque o sema identificado irá dar o elemento funcional que é genérico, acarretando a possibilidade de comunicação. É por isso que se diz que a mensagem existe no receptor e não no emissor.

Quantas vezes não nos defrontamos com o problema de o filme representar um outro espaço, uma outra caricaturização da personagem, uma cena amorosa diferente, em fim: algo diferente daquilo que tínhamos imaginado ao lermos o romance. Isso vem depor em favor das afirmações:

- a. dificilmente algo se concretiza totalmente;
- b. a concretização varia de falante para falante;
- c. as línguas apresentam uma tendência para a imprecisão.

Posto isto a respeito do caráter genérico-abstrato da linguagem, vejamos, então, resumidamente o que entendemos por concreto e por abstrato.

Concreto é todo o signo lingüístico utilizado em contexto, sofrendo, portanto, da atividade particularizadora dos determinantes, da intenção e da emoção, da analogia, da onomatopéia, das metáforas, da aliteração onomatopáica ou das funções sintáticas. (*)

Concreto, portanto, será amizade, desde que esteja em con-

(*) Observar, contudo, que não estamos defendendo o fato de, havendo determinantes, por exemplo, para um nome, que ele esteja particularizado obrigatoriamente.

Defendemos, isso sim:

- a. haver graus de concretização
- b. um termo concreto nem sempre está particularizado, como vamos ver com os determinantes no texto poético
- c. são propriamente particulares, os nomes próprios, os nomes técnicos, os signos espontâneos e, normalmente, os naturais.

texto, quando, então, receberá a ação especificadora de alguns mecanismos citados.

Lembramos, contudo, que nem sempre a palavra, estando em contexto, estará concreta. Ex:

1. Verdade é beleza

2. É proibido venda de cigarros

No exemplo 1., os dois termos "Verdade" e "beleza" se equivalem em extensão e compreensão. Nesse caso - na frase isolada -, somente a função sintática poderia definir o grau de concretização, uma vez que o termo mais concreto seria o sujeito. Contudo, qual o sujeito e qual o atributo?

No exemplo 2., o termo venda é tão genérico que o adjetivo proibido que a ele está relacionado por ser-lhe atributo (venda de cigarros é proibido), não foi flexionado em gênero, conforme regra de concordância nominal. Propriamente poderíamos dizer que o termo está usado em tal extensão (tão genérico) que nem gênero possui, permanecendo no masculino, por também ser um gênero mais genérico.

Concreto, também, é todo o signo espontâneo e natural, ou: todo signo que possui somente uma díade referencial (sendo que assim posso incluir as onomatopéias, as aliterações onomatopaicas, as metáforas...), é, também, todo nome próprio, contanto que não seja usado para generalizar, como pode ser visto nesta frase: "era uma Maria como tantas outras"; todo termo técnico, respeitando-se as diversas classes sócio-culturais, conforme já comentamos anteriormente.

Abstrato é o signo convencional tomado isoladamente ou quando - o que será mais raro - não puder sofrer concretizações por parte de algum processo citado (é o que vimos no exemplo 1. e 2. das concretizações).

Ou abstrato é o lexema visto em seu(s) sema(s) genérico(s) (normalmente a função) e concreto é o lexema com os semas abstraídos para a referenciação.

Claro que deveremos supor graus de concretização ou de abstração, o que terá validade maior para um trabalho de texto, qualificando-o bem ou mal; apropriando-o para uma poesia ou para uma redação técnica.

3.2. Os mecanismos de concretização

3.2.1. Os determinantes como mecanismos concretizadores:

Vamos começar por aquele que talvez menos determina o nome, mas mais apresenta problemas de correção, quando examinado seu emprego com textos determinados ou indefinidos - o artigo.

Vejamos o seguinte grupo de frases e o que cada uma traduz:

1. Eu vi uma bola (de muitas, vi uma qualquer)
2. Eu vi a bola (de muitas, vi aquela)
3. Eu vi duas bolas (de muitas, vi duas quaisquer)
4. Eu vi as duas bolas (de muitas, vi aquelas duas)
5. Eu vi as bolas (eu vi todas as bolas)

Percebemos pelo exemplo 1. e 3. que o artigo indefinido ou a ausência do artigo nos levou a uma indefinição do nome: a idéia continuou pertencendo a um conjunto aberto, não especificado.

A seguir passaremos a examinar a força concretizadora dos artigos e dos demais determinantes.

a. O artigo definido:

Normalmente um artigo definido concretiza bem um nome, principalmente se traduzir a idéia de

- posse - 6. Tenho o peito em ânsia (o artigo representa a idéia de meu)

- de afetividade, de familiaridade, de popularidade

7. A Maria é mãe (o artigo junto de nomes próprios de pessoas pode traduzir desde intimidade, afetividade, até vulgaridade. No momento, contudo, em que chegarmos à vulgaridade, o nome representará uma classe de pessoas e, portanto, será bastante genérico.

Ou se agir como:

- dêitico - 8. Vi a moça de quem você falou

- determinativo -

9. Os outros permaneceram em casa (se aproxima muito do sentido visto em 8., havendo, apenas, em acréscimo, a idéia de totalidade, que aparecerá mais clara em 10.

- totalidade -

10. O meu amor é o teu (ocorre normalmente se o artigo vem seguido de possessivo)

- intensivo -

11. Ele é o mestre (já comentamos a força da emoção na particularização dos nomes)

Às vezes, contudo, o artigo definido em nada auxilia o nome no que diz respeito à sua concretização; é o que poderá ocorrer com a frase 7., se tivermos a idéia de vulgaridade expressa:

12. As márias retiram-se apressadas;
ou em frases como a 13., onde o nome representa o gênero, os indivíduos que compõem a humanidade, sem visão corpórea do objeto:

13. O homem é mortal (*)

Mary Kato (35), à página 131, comenta a função atributiva e a função referencial para o artigo, mais ou menos assim:

14. "Procuro o homem que me faça feliz" (M.K.)-temos aqui uma frase relativa com o verbo no subjuntivo, embora o termo-base da oração matriz esteja determinado pelo

(*) Mais uma vez repetimos que a ação concretizadora é fruto particular e principalmente do contexto que, embora normalmente especifique o nome, às vezes o deixa genérico, a despeito dos determinantes e dos outros processos de concretização. Aliás, é como poderemos perceber em:

"Praticamos novos métodos de estudo lingüístico" (onde métodos vem especificado por dois determinantes).

artigo definido. Por quê? porque a locução nominal "o homem" tem apenas função atributiva; falta a função referencial (aliás, é por isso mesmo que estou à procura). Portanto: embora apareça o artigo na frase, ele poderá não delimitar o nome se possuir apenas a função atributiva.

b. O artigo indefinido

Já com o artigo indefinido o resultado é quase o inverso: poucas vezes concretiza o nome, fato que ocorrerá praticamente só com nomes próprios, como quando:

- quisermos acentuar a semelhança de alguém com uma personagem célebre:

15. Era um Joaquim Silvério

- quando quisermos destacar alguém como símbolo de uma espécie:

16. Um novo Drumond surge na galeria dos poetas

- quando quisermos destacar alguém pela notoriedade da família:

17. Perdeu, mas não se esqueçam de que é um Kennedy

- ou quando usarmos o artigo com nomes ligados a partes do corpo pares, ou com nomes de objetos que existam sempre aos pares:

18. Tinha umas enormes orelhas (o que vale dizer:

18a. Tinha as orelhas enormes, ou

18b. Suas orelhas eram enormes)

Mesmo assim, veja-se bem que em 15. 16. 17., a ênfase particularizadora está em toda a frase, porque o artigo sozinho não conseguiria particularizar, uma vez ser próprio dele conservar a indefinição:

19. Aos poucos apareceu um palhaço e um domador (ele apresenta o desconhecido);

20. Um homem não foge à responsabilidade (onde ele apresenta toda uma espécie);

21. A casa distava uns quatro metros da figueira (onde ele indica aproximação numérica).

Vemos, assim, como dissemos e exemplificamos na introdução, que o artigo se presta à determinação dos nomes, embora não os determine totalmente. Vimos, também, que o artigo definido se presta melhor a essa atividade. O artigo indefinido, como o nome já o diz, praticamente sempre generaliza o nome. Mary Kato (35) tenta ver a diferença entre o artigo definido e o indefinido através do modo utilizado numa relativa, postulando preliminarmente que "se a relativa ocorrer numa frase nominal objeto de uma oração matriz afirmativa, a forma do verbo na relativa é o indicativo; se a relativa ocorrer numa oração matriz negativa, seu verbo terá a forma subjuntiva". (pág. 120)

Em seguida ela comenta:

"Esta regra, porém, não resiste a uma análise mais profunda, pois a simples troca do artigo indefinido pelo definido produz obrigatoriamente o indicativo, quando a oração matriz é negativa, embora o subjuntivo também seja possível num contexto diferente". (pág. 120)

Cita então, como exemplo:

22. "Conheço um homem que resiste aos encantos dela"
23. "Conheço um homem que resista aos encantos dela"
24. "Procuro um homem que toque flauta"

Mas:

25. "Não conheço o homem que resiste aos encantos dela"
26. "Não conheço o homem que resista aos encantos dela".

c. Os demais determinantes:

São os pronomes, principalmente em sua forma dêitica e possessiva (*); são os numerais; são os adjetivos; são as locuções adjetivas.

(*) Neste caso os pronomes trocam de classe gramatical, passando a fortalecer a grande classe dos adjetivos.

- 27a. Aquele livro caiu
27b. Meu livro caiu
28. Dois livros caíram (os numerais têm menos força concretizadora: Normalmente precisam do artigo:
29. Os dois livros caíram
30. O livro grande e azul caiu (a predicação conseguida pelos adjetivos é tal que não admitiríamos uma frase como:
31. Livro grande e azul caiu.
32. O livro de Pedro caiu (aqui observa-se o mesmo fato que em 30.

Este tipo de determinante se presta mais à concretização dos nomes, dado o valor semântico que os qualifica.

Não devemos esquecer, também, que o determinante poderá vir em forma de frase:

33. O rapaz que caiu do sétimo andar era louco.

3.2.1.1. Os determinantes no texto poético:

Cidade de Cusco. Hace Frio

"Lá vem a procissão de Senhor dos tremores de terra

Viva El Señor de los temblores! Viva el Perú!

Há flores de ñuchos pelas ruas.

Há meninas rotundas nos balcões

Há namoros vermelhos nas esquinas.

Há borrachos e aguardente e chicha!

De repente tinem sinos,

carrilhões

da Capella del Triunfo.

Blão! Blão!"

(Ronald de Carvalho, 36)

1. Há meninas rotundas nos balcões.
2. Há namoros vermelhos nas esquinas.

Na frase 1. o qualificativo rotunda se traduziria por

+ gorda
+ redonda
+ túmida
+ barriguda
+ permanência

Claro que com estes traços lexicais jamais iríamos pensar numa moça de cintura afinada. Mas também não precisaríamos aceitar os traços

+ gorda
+ redonda
+ túmida
+ permanência

Iríamos aceitar, apenas, que a moça realmente estava "barriguda". (quer dizer, usaríamos o verbo ESTAR e não o SER). E aí fazemos idéia de uma moça ainda jovem mas já mostran-

do sinais de uma vida libertina. Tiramos essa informação "libertina" de dois qualificativos:

"rotundas" - adjetivo - implicando em gravidez, devassidão
 "nos balcões" (dos balcões) - locução adjetiva, implicando em devassidão.

Percebemos, então, que as meninas que pareciam tão concretizadas e individualizadas, tornaram-se concretas, mas não individuais. Isto é: uma situação particular foi configurada como não particular "pelo esvaziamento dos traços lexicais (semas) próprios do qualificativo, e pelo acréscimo de dois outros que são configurações usadas para qualquer imagem de moça de bordêu. Aliás, o próprio verbo haver emprestou um aspecto generalizado ao concreto, o que muito auxiliou para que tivéssemos o concreto não individual (o verbo haver traduz sempre um "mistério" à frase e, por isso mesmo, não suporta o artigo definido, altamente determinativo, junto de si, uma vez que esse artigo nos faz esperar um conhecimento mais particular do ser ao qual vou me referir).

Veja-se que não admitiríamos a frase "Há as meninas rotundas nos balcões", não por ser agramatical e sim por não ser aceitável.

Na frase dois: "Há namoros vermelhos nas esquinas", teremos uma metáfora ou, talvez, uma metonímia, por se traduzir, em primeiro plano, numa lembrança: o qualificativo vermelho não se presta ao substantivo namoro. Portanto, dentro de um discurso lógico haveria um impasse. Como a literatura poética vive principalmente dentro da ambivalência, isto é, ela é ao mesmo tempo concreta e geral (*), é que vamos aceitar essa associação sêmica, pois que não os

(*) Esse termo, usado por J. Kristeva (37), "implica a inserção da história (da sociedade) no texto, e do texto na história; para o escritor são uma única e mesma coisa" (pág. 67). Uma literatura ambivalente "prende, numa aplicação não sintética, o concreto e o geral e, com isto rejeita a individualização: ele é um concreto não individual que alcança o geral" (pág. 181).

namoros são vermelhos, mas sim os lábios, depositários das aragens afrodisíacas, lábios que, por sua vez, lembram as possuidoras.

O Cateretê

"batuque

batepê

saracoteio.

pulam pingos brutos pelas telhas pardas"

(Guilherme de Almeida, 38)

Aqui a situação se apresenta quase que idêntica. Talvez o emprego da qualificação ou da determinação dos nomes não nos leva apenas a uma segunda interpretação, como no caso anterior. O que ocorre é o fato de termos colocado um qualificativo com sema [+ animado] para o substantivo com sema [- animado].

O próprio verbo desenvolve uma ação que não se coaduna totalmente com os semas de "pingo".

SEMAS LEXEMAS	deslo- ca- mento	ascen- dente	descen- dente	impul- so	inten- ciona- lidade	huma- no
pingo	+	-	+	-	-	-
pulo	+	+	+	+	+	+

Ora, por esse quadro vemos que os Lexemas "pingo" e "pulo" (substantivo e deverbais, respectivamente) possuem traços (semas) em comum, mas diferem em quatro dos semas propostos.

Concordam em ambos serem "descendentes" e ambos traduzirem "deslocamento". Contudo, um deslocamento não intencional para o primeiro e intencional para o segundo. Ora, a intencionalidade supõe a característica [+ animado].

O que houve, portanto, foi uma aproximação de dois seman-

temas que se assemelham em parte, mas que se excluem em outros semas. Contudo, essa aproximação foi necessária para que houvesse possibilidades de criarmos a metáfora "pingos brutos", onde associei dois semantemas que se excluem do mesmo modo que os dois primeiros (aliás, a própria frase, pela sua ordem inversa, já nos leva a aceitar essa qualificação inapropriada: já se iniciou com uma ação que não se coadunava com pingos).

Talvez, afora essa associação de semas contrários que criou um absurdo, interessa mais o absurdo criado pelo estrato sonoro da frase (e estaria, então, ali, talvez o motivo maior do uso desse qualificativo): ele tenta concretizar através de uma onomatopéia aliterante um fenômeno atmosférico perfeitamente natural, concreto, portanto. São dois elementos tentando concretizar um substantivo:

o primeiro concretiza criando uma segunda realidade, um absurdo;

o segundo concretiza de tal forma que os sentidos chegam a ferir o texto: a audição e, como decorrência, a visão. E é nisso que reside o maior absurdo: a força do determinativo cresce na frase devido ao estrato sonoro e, no entanto, o determinativo possui sema [+ animado] para caracterizar um semantema com sema [- animado].

- 0 -

Esses dois textos foram colocados para vermos até que ponto a linguagem poética, mesmo aparecendo terminada, com todos semantemas possuindo semas perfeitamente delineáveis, vai se transformar dentro do contexto em algo não individual. Concreto, sim, porque determinado; individual, não, porque o texto faz-nos remontar a segundas interpretações. Isto é: "O significado poético simultaneamente remete e não remete a um referente; ele existe e não existe; é ao mesmo tempo, um ser e um não-ser. Num primeiro movimento, a linguagem poética parece designar o que "é" (*), ou seja, o que

(*) O grifo é do autor.

o discurso (a lógica designa como existente (...): mas todos esses significados que pretendem remeter a referentes precisos, subitamente integram termos que o discurso (a lógica) designa como não existentes: como por exemplo, os qualificativos animados para objetos não-animados" (37, pág. 172).

A idéia de abstrato existiu já desde a doutrina platônica medieval, onde o abstrato reuniu todos os universais e esses universais não poderiam ser criados pelo nosso pensamento, eles eram independentes. O conceitualismo medieval vê os universais como frutos de nosso pensamento, de nosso raciocínio, de nosso juízo.

O positivismo vê objetivamente os universais, que não podem ser criados pelo nosso juízo: apenas podem ser desvendados.

Ora, em linguagem poética também vamos tentar criar entidades abstratas, cada época com a sua maneira, seja pela linha do absurdo, pelo do fantástico, pelo do simbolismo, seja, enfim, por uma literatura dionisíaca ou apolínea, o que importa é que, por ser poético, como já dissemos antes, o texto tende às entidades abstratas, abstratas aqui por referirem genericamente (embora estejam, às vezes, tão concretizados, não nos levam ao individual).

3.2.2. A analogia como fator de concretização

Inicialmente queremos nos valer do que Jolivet (39) colocou às páginas 69-71 a respeito da significação dos termos:

"1. Os termos unívocos, equívocos e análogos.

Em se tratando do ponto de vista pelo qual os termos denotam objetos, distinguimos os termos unívocos, equívocos e análogos.

a. Denominamos unívoco o conceito que se pode atribuir de uma maneira absolutamente idêntica a sujeitos diversos. Por exemplo, o conceito de homem se aplica univocamente a Pedro, a Paulo, a um negro, a um branco.

b. Denominamos equívoco um nome que se aplica a sujeitos diversos num sentido totalmente diferente. Exemplo: o carneiro, constelação celeste, e animal com chifres. O equívoco não pode jamais ser um conceito, mas apenas uma palavra que encobre conceitos distintos.

c. Denominamos análogo um conceito que exprime realidades essencialmente diversas, mas que tem, entretanto, uma certa afinidade entre elas. O análogo é, portanto, intermediário entre o unívoco e o equívoco e designa uma ação que se aplica a muitos sujeitos em um sentido nem totalmente idêntico nem totalmente diferente. Assim, a saúde é uma noção análoga enquanto aplicada a alimento, ao corpo e a fisionomia. Com efeito, o alimento produz a saúde, a fisionomia exprime a saúde, o corpo possui a saúde.

2. As espécies de Analogia

a. A analogia de atribuição: é aquela de um termo ou um conceito que convêm a uma ou a muitas coisas, em virtude da conexão delas com uma outra, à qual apenas o termo ou o conceito se aplicam exata e principalmente. Assim, o termo sadio se diz exata e principalmente do corpo (atribuição intrínseca); mas, por analogia, aplica-se igualmente ao alimento ou ao clima, que produzem a saúde nos corpos,

e a fisionomia, que exprime a saúde do corpo (atribuição extrínseca).

b. A analogia de proporcionalidade.

É aquela de um termo ou de um conceito que convém a muitas coisas em virtude de uma semelhança de afinidades. É assim que se fala da luz da verdade, significando com isso que a verdade é para a inteligência o que é a luz do sol aos olhos.

Há nisso, como se vê, uma proporção de afinidades, que se poderia traduzir sob essa forma:

$$\begin{aligned} \text{verdade} &= \text{luz} \\ \text{inteligência} &= \text{visão corporal (*)} \end{aligned}$$

Vemos, assim, que a "analogia de proporcionalidade" e a "analogia de atribuição", de Jolivet, se parecem muito com o que entendemos por metáfora e metonímia, respectivamente.

Está mais perto do que entendemos por analogia o que Bourciez (40), à página 19 diz a respeito do assunto:

"A analogia que repousa sobre as leis da associação de idéias, permite, portanto, ao espírito, perceber as semelhanças reais ou supostas. Sua ação é, em suma, bastante secundária sobre a parte material da língua, porém não é mais o mesmo desde que se entra no domínio intelectual. Nisso ela se torna um princípio dominante e o grande agente da maioria das transformações..."(**)

Bourciez tem razão ao estabelecer um campo material e um intelectual para a analogia. A maior parte das analogias acontecem, realmente, dentro de uma cultura mais simples, tornando as associações de idéias mais pertinentes ao domínio material da língua (elementos fonéticos, mór-ficos...) que ao domínio intelectual (onde se deduz por analogia - a criação de termos novos, feita por analogia, faz parte do domínio intelectual).

(*), (**) - tradução do original Francês.

Bloomfield (41) diz que a "analogia é o princípio pelo qual a linguagem tende a uniformizar-se reduzindo as formas irregulares e menos frequentes a outras regulares e frequentes. Os fatos mais comuns e gerais são os que servem de modelos para outros; raramente se dá o contrário. É um processo de natureza psicológica. Na essência, depende da lei do mínimo esforço, que procura evitar a sobrecarga da bagagem inútil na memória".

Por exemplo: se tenho:

	partir	=	partirei
	amar	=	amarei
	comer	=	comerei
então	dizer	=	X

O intuito de imitação é um dos maiores motivos da analogia. Além dele devemos levar em consideração o grau de disciplina gramatical de uma língua - quanto menos disciplinada gramaticalmente for a língua, maior a frequência analógica - e o número de formas morfológicamente fortes (é o caso dos verbos irregulares, plurais irregulares, etc.) - quanto maior o número de formas morfológicamente fortes menor será a ação da analogia, que age nas formas fracas, uniformizando-as.

Dizemos formas fracas àquelas que, pouco usadas, tendem a ser eliminadas, pois a memória não as retém, ocupada que está em guardar as formas fortes, que são as mais ensinadas, desde as correções lingüísticas feitas em família.

Veja-se, por exemplo, quais os tempos verbais mais usados: presente, passado e futuro. Onde estão as maiores irregularidades verbais? nesses tempos. Quais os verbos mais empregados em Português? os irregulares (fazer, ir, vir, dizer, ver, trazer, etc.). Em que língua o verbo SER, liame entre o sujeito e sua predicação, não é irregular?

Quando queremos tornar verbo algum substantivo, recorremos normalmente à primeira conjugação, o que também vem a ser uma analogia. Mas por que a primeira conjugação?

porque é a que menos formas irregulares apresenta: é a mais primitiva.

Essa tentativa de uniformizar a língua, de fazer com que todas as flexões obedeam ao mesmo paradigma, pode criar formas analógicas condenadas, inicialmente, pelas pessoas instruídas.

À força, porém, de serem repetidas pelo povo, vão se generalizando até entrarem na forma da língua. Veja-se o exemplo:

impedir - impeço - peço
despedir - despeço - peço

e no entanto "Impedir" e "Despedir" não provêm de "pedir". São assim conjugados, ao invés de "eu impido", "eu despi-do" (como no tempo de Vieira) por força da analogia.

Nesse caso a analogia aconteceu para por em evidência "uma semelhança" e para "conformização com uma regra mais antiga" (no caso a conjugação já conhecida).

Os termos entre aspas são de Bréal (42), quando diz que as línguas recorrem à analogia para:

1. evitar alguma dificuldade de expressão;
2. por em destaque uma oposição ou semelhança;
3. obter mais clareza;
4. conformar-se com uma regra antiga ou nova.

Saussure (1) compara a analogia com uma regra de três, na qual inserem-se sempre três elementos:

1. o tipo transmitido (impido) - o legítimo;
2. o termo concorrente (impeço);
3. um elemento coletivo, constituído pelas formas que criaram este concorrente (peço, meço...)

Portanto: pedir + peço = impedir + X

X = impeço

Sã Nogueira (43) quando diz que a analogia é uma causa que se baseia no princípio de associação de idéias, provocada pela semelhança ou pela conexão ortográfica, fonética, mór-

fica, semântica ou sintática, diz que na analogia temos que considerar sempre dois termos: o passivo (que é influenciado, que é modelado) e o ativo (que modela, que influencia). O termo passivo precisa possuir certas características:

1. ser de uso mais geral: assim, digo "negocio" por "negoceio" e não "passio" por "passeio", uma vez que os verbos terminados por EAR são mais abundantes que os terminados em IAR;
2. Estar mais conforme com a índole da língua: "asa" recebeu o "A" final por ser feminina e para se harmonizar com as palavras femininas que, em nossa língua, costumam terminar em "a" (do latim Alas —————> as);
3. Se uma forma costumar aparecer sempre em determinada ordem, ela poderá se harmonizar com a anterior: "quinque" —————> cinco; em Português, contudo, tenho "cinco" possivelmente por analogia com "quatro" (que vem antes, na ordem numérica).

tuus —————> teu
suus —————> seu

porque

meus —————> meu,

isto é: a primeira pessoa é mais nobre, gramaticalmente.

A analogia não age muito na área semântica. Quando lá se manifesta, cria normalmente os tropos, de que trataremos a seguir (foi mais ou menos o que Jolivet comentou sobre a analogia).

Na sintaxe, ela atua principalmente na regência dos verbos, tentando torná-los transitivos diretos, que é a regência mais comum na nossa língua. Ex: gostaria que fizesses isto (aliás, em classes mais comuns é costume presenciarmos uma espécie de hipercorreção, também fruto da analogia: Ex: quando o povo diz "eu lhe amo" ou, onde é mais visível a analogia e menos a hipercorreção, "eu te amo, eu

te gosto, eu te adoro"). Como já mencionamos antes, essa tentativa de fugir ao cotidiano, ao uso mais comum de certas formas lingüísticas - as formas mais comuns são as mais populares e, portanto, as mais sujeitas à analogia - é a causa de tantos solecismos sintáticos (como o visto); mórficos e ortográficos, caso por exemplo, da palavra pantano que, através de hiperbibasmo sistólicos e diastólicos veio correndo época, chegando inclusive a denominar, conforme o acento, grau de pantanosidade.

Na morfologia, contudo, é onde ela mais se manifesta. Onde maior é a variedade de flexões, aí também mais decisiva e freqüente se mostra a ação da analogia: o povo procura reduzi-las ao mínimo, em obediência à lei da economia do trabalho. Na época medieval, por ser comum os substantivos femininos terminarem em "a", usou-se no feminino uma série de substantivos terminados em "a" (eram masculinos ou neutros): clima, planeta, cometa...

Hoje ainda guardamos lembrança de grama.

Vejamos outros exemplos de analogia morfológica:

pobre	paupérrimo
bom	ótimo
pequeno	mínimo
grande	enorme
áspero	aspérrimo

esses superlativos, formas ortodoxas, são normalmente olvidados em favor de formas, fruto unicamente da analogia:

pobre	pobríssimo
bom	boníssimo
pequeno	pequeníssimo
grande	grandíssimo
áspero	asperíssimo

etc.

Lehmann (44), à página 239 e seguinte, comenta: "Em lugar de limitar-se a colher exemplos de remodelamento analógico, os estudiosos esforçaram-se muitas vezes por precisar quando tem lugar a analogia. Entre os mais recen-

tes acham-se Kurylowicz e Manczak. Um e outro partem de bases completamente distintas. . . . nenhum deles nos permite predizer quando pode ocorrer a analogia numa determinada língua, nem, tampouco, elucidar em que direção ocorreu em situações passadas precariamente conhecidas... os dois estudos são úteis, porque nos fazem compreender melhor as inovações analógicas em qualquer setor da língua, e por tal oferecemos aqui parcialmente suas conclusões.

- A primeira regra de Kurylowicz estabelece que um signo morfológico dúplice tende a ocupar o lugar de outro que seja único.

- Segundo a segunda regra de Kurylowicz a analogia parte da forma básica e estende-se às formas derivadas.

- Segundo a terceira regra de Kurylowicz qualquer construção consistente em uma constante mais variável é usada como modelo para uma entidade isolada de igual função.

- Na quarta regra, que se ocupa dos resultados da analogia, Kurylowicz estabelece que uma nova forma analógica assume a função primária de contraste."

Em seguida Lehmann se ocupa em mostrar como Manczak se diferencia de Kurylowicz.

Então, por que a analogia torna-se um mecanismo de concretização dos nomes? Justamente pelo fato de ela tentar harmonizar uma forma à outra já conhecida, baseada na semelhança. Ora, as formas mais conhecidas, as formas que normalmente recebem a analogia são as mais comuns e, portanto, do conhecimento primário de nossa mente. Elas vêm caminhando com o falante já desde o berço.

É, portanto, uma concretização diferente da que usualmente estamos acostumados a ver. Esta concretização não está ligada aos determinantes que tentam arrolar uma série de atributos capazes de fazer-nos compreender o significado. Esta concretização está em função da semelhança, da clareza, do uso do mais geral, da índole da língua. Portanto, é uma concretização mais psicológica que sintática. A concretização havida e vista pelos determinantes (3.3.1.) é pura-

mente sintática, formal. O falante, contudo, emprega tanto um como outro processo de concretização - é um problema de "performance". E a analogia concretiza principalmente por uma atividade da performance - aliás, é o princípio de todos os exercícios estruturais.

O homem vem desde o berço capacitando-se na linguagem através da analogia. Ela tenderá a desaparecer no momento em que o falante fruir ou desenvolver apenas uma linguagem clássica, preconizada, artificialmente conservada, fruto da ação normativa das gramáticas.

Tentemos demonstrar de uma maneira mais prática o trabalho da analogia.

Tomemos o processo mais comum que caracteriza a analogia: a associação de idéias.

Essa associação de idéias, que desempenha um papel importante no mecanismo de nosso espírito, pode se dar pela semelhança e pela diferença. Muitas vezes um termo se esclarece em nosso espírito pela noção contrária. Esta noção contrária cria o que chamamos de antonímia. Aliás, o processo da associação de idéias conseguido pela diferença parece ser mais próprio à índole do povo. Basta vermos como, por falta de ciência (e já dissemos que a analogia é um substituto da ciência), o povo define ou explica:

- O que é a morte? - é a negação da vida.
- Por que é bonito? - Ora, porque não é feio, não é?
- O que é o frio? - O contrário de calor.

Assim, se tomarmos a palavra "silêncio", no plano sintático ela estará abstrata, porque fora de contexto. Mas, se a virmos no campo semântico, essa palavra pode passar a ter uma imagem acústica definida, justamente em função de seu conceito. Como diz M. Rodrigues Lapa (45), "o termo silêncio (...) se evoca em nós a idéia contrária de ruído, o sossego das ramagens quietas, etc., torna-se, por isso, menos abstrato. Isto é, a abstração dos nomes é coisa relativa, porque depende em parte do poder da fantasia dos indivíduos." (pág. 99)

Por isso, dificilmente poderemos cobrar do receptor uma apreensão mais ou menos definida em relação a um conceito que apareça isolado em forma de uma palavra. Isso por dois motivos:

- a. faltam-lhe, sintaticamente, mecanismos que concretizem a palavra;
- b. não podemos mensurar a fantasia, a associação de idéias que povoa a mente do receptor na tentativa de, semanticamente, diminuir a extensão que caracteriza a palavra fornecida, uma vez ser um conceito sem imagem acústica melhor definida por falta de mecanismos sintáticos de concretização.

Aliás, é mais ou menos o que diz M. Rodrigues La pa (45), à mesma página 99: "As idéias abstratas são suscetíveis, além disso, de manifestações concretas. Um indivíduo que tem sono escabeceia, faz trejeitos, deita-se, ressona. Tanto basta para que o substantivo nos pareça menos abstrato, porque lhe andam ligadas estas manifestações corporais".

Seria interessante, também, comentarmos que já tivemos muitos lexicólogos que fizeram dicionários analógicos, baseados exclusivamente na associação de idéias, pela semelhança ou pela diferença: Pe. Carlos Spitzer - "Dicionário Analógico da Língua Portuguesa"; Firmino Costa - "Vocabulário Analógico"; Francisco Ferreira dos Santos Azevedo - "Dicionário Analógico".

Terminamos repetindo o que Bourciez (40), à pág. 19, diz (já mencionado em nosso trabalho, à pág. 61): "A analogia que repousa sobre as leis da associação de idéias, permite, portanto, ao espírito, perceber as semelhanças reais ou supostas. Sua ação é, em suma, bastante secundária sobre a parte material da língua, porém não é mais o mesmo desde que se entra no domínio intelectual. Nisso ela se torna um princípio dominante e o grande agente da maioria das transformações...".

3.2.3. A Onomatopéia como fator de concretização

A língua não é apenas um veículo de comunicação: é também um meio de despertar emoções e de as fazer surgir nos outros. Toda linguagem tem um certo valor emotivo. Devido a isso Ogden e Richards (4) viam na linguagem (no signo) um uso simbólico (que seria o referencial ou denotativo) e um uso emotivo (que seria o conotativo). O valor emotivo das línguas pode advir de uma série de fatores, como os fatores fonéticos, o contexto (que chega, às vezes, a fornecer um elemento de avaliação sobreposto ao significado principal das palavras), fatores mórficos (que já foram comentados, em parte, quando se tratou da analogia) e fatores evocativos (onde as palavras adquirem sua expressividade e o seu efeito emotivo devido às associações que fazem despertar. Estão incluídos, aqui, os tropos e os Campos Associativos, estes já vistos anteriormente).

Vamos nos preocupar principalmente com os fatores fonéticos.

A estrutura fonética de uma palavra pode dar origem a efeitos emotivos principalmente através da onomatopéia, que já foi assunto de muitos debates desde a velha Grécia, com as polêmicas acerca da natureza da linguagem (*). No decorrer dos séculos seguintes, as duas correntes continuaram a propugnar por seus ideários, com uma leve vantagem, contudo, para a corrente naturalista que recebe um grande apoio de Leibniz, em 1808, quando publica seu "Dictionnaire Raisonné des Onomatopées", comentando ser a onomatopéia a forma pri-

(*) Sabemos que se dividiam em dois grupos: um lutava pela teoria de que a linguagem teria sido fruto de uma correspondência lógica entre o som e o sentido - eram os naturalistas, pois viam na natureza a explicação da linguagem; o outro grupo achava que a linguagem não passava de um contrato social, de uma convenção - por isso: convencionalistas.

mitiva da linguagem humana.

Saussure, ao comentar a arbitrariedade dos nomes, dá margem ao assunto. Afasta-o, contudo, como uma exceção mais insignificante.

Esta exceção foi tomada por Schuchardt e por Jespersen com mais cuidado, e a partir daí os debates acerca da onomatopéia continuaram a fomentar grandes tratados.

A onomatopéia, sendo usada como artifício lingüístico, estilístico, será examinada principalmente dentro de uma combinação de valores sonoros que podem ser reforçados por fatores outros, como a aliteração, o ritmo, a assonância e a rima.

A onomatopéia pode representar desde um som que atua como o eco do próprio sentido, isto é: a experiência acústica imita a estrutura fonética da palavra (grrrrrr!!!-mmuuuuuu!!! - plic! plic! plic! - etc) - forma primitiva de uma onomatopéia - até um movimento ou alguma qualidade física ou moral (nojento! rotundo, etc) - forma secundária de uma onomatopéia.

Não estamos, contudo, inclinados a um tratamento sobre a onomatopéia; queremos apenas ver como ela pode auxiliar na concretização dos nomes.

Bem, já comentamos anteriormente (falando da analogia) que a linguagem mais comum, a primitiva, a que se desenvolveu na primeira infância, é a mais particular, mais concreta, a que mais se presta às formas analógicas.

Ora, quanto à onomatopéia existe algo muito parecido a comentar: Há situações e ambientes que são próprios à onomatopéia e outros que não o são.

A onomatopéia é muito comum em formas de linguagem espontânea, expressiva, sem artifícios, como: a fala das crianças, linguagem popular e coloquial, calão, gíria...

Aliás, Cassirer (46) comenta algo parecido quando diz que a primeira fase da linguagem traduz-se em cópia sonora, na qual "os nomes sob seu aspecto fônico parecem se aproximar

da impressão sensória e reproduzir a sua diversidade o mais fielmente possível" (1923, § 2º).

Nossa última afirmação, juntamente com a de Cassirer, não querem dizer, contudo, que, embora a onomatopéia apresente uma semelhança intrínseca entre o nome e o sentido, que tais formas são as mesmas nas diversas línguas. O que queremos dizer é que ela atinge, principalmente em sua forma primária, um linguajar mais simples e que deve haver a intenção para existir a onomatopéia. Mesmo que o som seja o "eco do sentido", deveremos entender o som (a onomatopéia) como tal (*). E essa intencionalidade faz-se sentir mais principalmente em outros processos onomatopaicos, quais sejam: a reduplicação (siriri, pororoca); a alternância vocálica (chii!!!, chu!) e a antifonia vocálica (tic-tac; pif-paf).

Aliás, R. de Sá Nogueira (43) ilustra bem essa intencionalidade, quando considera a respeito da antifonia "tic-tac": "Não é verdade que sempre se houve tic-tac e nunca tac-tic, ou sempre tac-tic e nunca tic-tac; nos mal equilibrados ouve-se ou sempre tac-tic e nunca tic-tac, ou sempre tic-tac e nunca tac-tic, conforme a natureza do desequilíbrio. A verificação disso é simples: equilibremos bem o relógio de parede, e ouviremos, indiferentemente, tic-tac ou tac-tic; inclinemo-lo um pouco para um lado e ouviremos tic-tac, e sã tic-tac; inclinemo-lo para outro lado e ouviremos tac-tic, e sã tac-tic. Por que é que no primeiro caso se houve indiferentemente tic-tac ou sempre tac-tic? A resposta a essa pergunta pertence aos domínios da física." (pág. 101).

Em resumo, portanto, a onomatopéia, embora pos-sua grande teor de intencionalidade, irá concretizar a palavra pelo fato de o som reproduzir o significado. Claro que na sua forma primária o grau de concretização será bem mais potente, mais total que em sua forma secundária, quando en-

(*) Maurice Grammont (47) diz que "uma palavra não é onomatopéia se não for sentida como tal".

tão, a emoção e a intenção atuarão com maior força para se conseguir o efeito esperado. A onomatopéia estilística, por exemplo - sua forma secundária de manifestação - exigirá uma educação emotivo-artística bastante esmerada porque, se a onomatopéia deve existir dentro de um texto poético para configurar o sentimento ou êxtase poético (mimético) e não for assim entendida, não haverá então a comunicação entre poeta e leitor, por falta de decodificação por parte deste. E essa atividade mimética torna-se mais concreta que uma puramente convencional ou concretizada sintaticamente, porque a mimese exige um modelo, um arquétipo, ou: a cópia exige um modelo e esse será sempre de nosso domínio emotivo, ou artístico, ou cultural, atúrico, porque será fruto das experiências mais primárias, mais simples; basta, portanto, que a forma emotiva criada seja do domínio dos dois falantes, ou que o receptor se aperceba da intencionalidade havida no emissor.

As onomatopéias em sua forma primária concretizam mais justamente por serem signos com uma diáde referencial.

Vejamos um caso prático de onomatopéias e, portanto, de palavras com imagem acústica definida graças à ação da onomatopéia:

"Sargon
Assarhaddon
Assurbanipal
Teglatphalasar, Salmanassar
Nabonid, Nabopalassar, Nabucodonosor
Belsazar
Sanekerib" (15)

Trata-se do mesmo poema de Guimarães Rosa já citado à página 25 de nosso trabalho.

Todas essas palavras, se tomadas isoladamente, possuem uma imagem acústica bem clara, tornando-se, inclusive, nomes concretos por serem nomes próprios: possuem um contexto pró-

prio. Mas, em poesia, pouco estariam nos preocupando verdades históricas ou pseudo-históricas, uma vez interessar primeiro a segunda realidade. Muito bem: e como essa segunda realidade é conseguida nesse poema? Por que o poema deixou a personagem do conto "São Marcos" tão profundamente pensativa, se não estavam a interessar verdades históricas? Por que, numa sala de 36 alunos - durante uma aula que ministrávamos na FURB -, 23 deles chegaram a uma interpretação muito parecida do texto?

Ora, é o estrato fônico do texto que nos leva a ver no poema uma situação de cabala, de bruxaria ou de outras práticas ocultistas capazes de conseguirem magias.

E esse estrato fônico é conseguido pela interação inusitada dos fonemas constitutivos de todo o poema, que passa, então, como um grande bloco comunicativo, porque só o conjunto significa.

É, portanto, a onomatopéia dos sons empregados por algum agente de bruxaria ao preparar suas poções, ou o murmúrio de uma prece de bruxaria.

Outro exemplo poderemos ter na locução "A LOCOMOTIVA", de um poema de Klaus Burkhart, tirado de um cartão postal recebido da Alemanha, onde a locução não interessa praticamente nada no campo morfo-sintático, vindo a interessar tão somente o estrato fônico obtido pelo espaçamento dos fonemas, pela repetição e pela aliteração onomatopaica conseguida com os fonemas constitutivos da locução, falando-nos da partida de um trem, do aumento progressivo de sua velocidade, do apito de partida, e da distância em que a locomotiva vai se perdendo, após sua saída da plataforma da estação.

É claro que o estrato óptico auxilia muito no entendimento do poema, mas teríamos o mesmo resultado se apenas ouvíssemos o poema.

O fonema fechado "O", aliterado, significando o esforço da partida; o fonema agudo, estridente, contundente "I", repetido para mostrar o ruído do apito que se perde à distân-

cia; a aliteração do "V", transmitindo a noção de velocidade, noção essa repetida pelo fonema "E".

"die lo ko mo
 die lo ko mo
 die lo ko mo
 die lo ko mo
 dielo komo
 dielokomo
 tiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiiii
 veveve
 veveve
 veveve
 ve
 ve
 ve ("Lokomotivenabfahrt")

Outro exemplo em que a onomatopéia concretiza o signo, fazendo-nos ter uma imagem acústica bem definida do poema é essa estrofe de Carlos Drumond de Andrade (48), à página 93, onde vemos a palavra esvaziada de seu conteúdo semântico em favor da dimensão plástica-sonora:

"O fácil, o fósfil
 o míssil o físsil
 a arte o infarte
 o ocre o canopo
 a urna o farniente
 a foice o fascículo
 a lex o judex
 o maiô o avô
 a ave o mocotô
 o só o sambaqui"

Terminamos dizendo com M. Luiza Ramos (49), à página 55, que convém "lembrar que, por vezes, os poetas exploram no vocábulo a sua sonoridade, os seus efeitos articulatórios, mesmo no caso de a palavra assim empregada não

corresponder a determinado sentido, isto é, quando desprovida de carga semântica. Trata-se da língua transracional, "enquanto revelação total do valor autônomo das palavras, fenômeno observado em parte na língua das crianças, na glosalia própria das seitas, etc" (*). Tais efeitos foram explorados, sistematicamente, pelos futuristas russos, que se opuseram à obsessão simbolista de seus predecessores. Segundo Eikhenbaum, os artigos de Yakoubinski e Chklovski mostraram que as pessoas fazem, às vezes, uso das palavras, sem se referir ao seu sentido. E deve-se levar em conta, nesse caso, o aspecto articulatório da língua, que é importante no que respeita à ruição de uma palavra transracional.

(*) As aspas foram utilizadas pela autora para citar B. Eikhenbaum.

3.2.4. A concretização através das funções sintáticas

As funções sintáticas (*) prestam-se muito bem para a concretização dos nomes. Vou utilizar-me de alguns exemplos como o verbo SER e tecer comentários a respeito.

Sujeito	Predicado
1a. José	é um sujeito
b. Um sujeito	é José
2a. O ladrão	é um covarde
b. covarde	é o ladrão
3a. Meu pai	é um juiz
b. Um juiz	é meu pai
4a. Um gato	é um mamífero
b. Um mamífero	é um gato
5a. Maria	era a mais bela do baile
b. A mais bela do baile	era Maria
6a. Verdade	é beleza
b. Beleza	é verdade
7a. Amá-la	é vê-la
b. Vê-la	é amá-la

Vou iniciar com o exemplo 6a. e b. já que foi citado anteriormente.

Vimos, então, que qualquer dos termos poderia ser o sujeito, uma vez ambos estarem dentro de sua máxima extensão e mínima compreensão, e ambos, pertencerem à mesma classe gramatical.

Se algum deles estivesse mais bem delimitado, particularizado, que o outro, ele seria então o sujeito, que o predicado é sempre mais amplo, mais genérico que o sujeito.

Partindo-se do indivíduo para o gênero, nessa progressão, eu defino melhor o indivíduo, o nome, pela espê-

(*) (funções sintáticas constituintes do tipo LN - sujeito, LN - objeto direto, Loc. Prep., LV, Adv...)

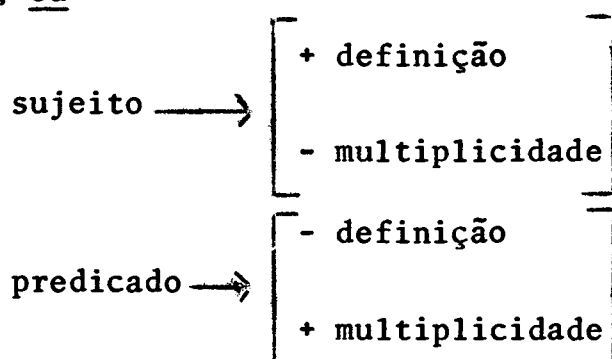
cie do que pelo gênero. Não vou definir um indivíduo por algo de igual extensão significativa; por exemplo: definir o nome por ele mesmo. Isso porque toda a definição consiste numa predicação e esta necessita de ser mais ampla que os nomes. Atestam o afirmado as frases 1a. e b., onde tenho de colocar "Um sujeito" como sujeito da frase, uma vez ser mais amplo, mais genérico que um nome próprio, que por natureza é particular.

Fato idêntico ocorre com as frases 2a. e b.; 4a. e b.; 5a. e b..

Já com as frases 3a. e b., onde deve ocorrer o mesmo, uma vez o termo pai estar mais bem determinado e portanto não poder atuar como predicado, parece não ocorrer a gramaticalidade, uma vez a frase parecer ser aceitável, aceitabilidade que pode ser fruto da analogia, da associação de idéias ou do fato de dois termos pertencerem à mesma classe gramatical.

(A frase 3b. confunde-se com "alguém que é juiz é meu pai" e essa frase inserida na posição de sujeito parece traduzir a aceitabilidade comentada antes. A gramaticalidade, contudo, não vai existir, em virtude das explicações já dadas anteriormente.)

Acredito, assim, ter justificado a posição tomada: só podemos ter como predicado um termo mais genérico que o sujeito; ou



Mary Kato (35) coloca o mesmo pensamento através da seguinte série de exemplos e da seguinte explicação:

a. "O gato é um mamífero"

- b. "Os gatos são mamíferos"
- c. "Um gato é (um) mamífero"
- d. "Gato é (um) mamífero"
- e. "Gatos são mamíferos"

"O predicativo será sempre indefinido + Ns ou ó + Np, sendo que no Português pode-se aplicar, opcionalmente, a transformação que elide o indefinido, transformação essa já antes mencionada.

Não nos deteremos na explicação da forma do determinante da FN subordinada à FV, isto é, de que maneira ela foi gerada. Parece-nos evidente, todavia, que a forma do determinante da FN-objeto está de certo modo condicionada à forma do determinante do sujeito" (pág. 129).

Para melhor ilustrar, daremos mais um exemplo com a frase

Fui ao banco cobrar um cheque,
onde teremos uma função sintática em forma de frase determinando o nome banco.

Foi através de cobrar um cheque que percebi não se tratar de uma série de outros bancos; isto é: de todos os semas possíveis de "Banco", abstraí um (pagamento) que me delimitou completamente o nome.

Acredito que com esses dois fatos sintáticos diferentes, ajudando a concretizar os nomes, podemos constatar a validade da afirmação: as funções sintáticas delimitam, também, os termos, auxiliando em sua concretização(*).

As funções sintáticas podem concretizar por fornecerem noções de espaço, de tempo, ou de qualquer outra função concretizadora, como a atributiva ou a referencial, ou ambas.

8. Quero o pão da esquerda (noção de espaço)

(*) Lembrar que o ponto básico de qualquer comentário acerca da concretização dos nomes, implica em aceitar primeiramente a condição de as palavras, os signos convencionais, só em contexto poderem referenciar.

9. Tem pão de hoje? (noção de tempo)
10. Quero encontrar o amigo que me recomendaram
(função atributiva e referencial juntas)

Nossa preocupação nessa dissertação não é fazer um estudo exaustivo sobre as funções sintáticas determinando-lhes o grau de ação concretizadora.

Está nesse capítulo um embrião para um futuro trabalho com a dimensão de uma tese, tão vasto o assunto que ele abrange.

Nos detivemos apenas no exame das funções sintáticas Sujeito e Predicativo do Sujeito, ligadas entre si pelo verbo Ser; no exame dos determinativos (artigo, a função atributiva, a função referencial); no exame da função sintática adverbial, desenvolvida em forma de frase.

Poderíamos, também, comentar a função do objeto direto, determinando a imagem acústica de verbos, como no exemplo:

11. João precisou o relógio,
em que o objeto direto elimina o sentido de necessidade do verbo e deixa-o apenas com o de ajustar.

Não vamos, contudo, fazer esse estudo exaustivo, lembrando apenas que: o nível sintagmático da língua prevê um estudo da interação dos morfemas no plano horizontal. Ora, isso vai originar o que chamamos de contexto. E se admitirmos que toda palavra em contexto é basicamente concreta, conclui-se estarmos admitindo as funções sintáticas como mecanismos de concretização, o que, aliás, mostramos através de algumas dessas funções.

3.2.5. A concretização através das metáforas.

A metáfora é uma comparação mental feita entre dois seres, resultando um significado diverso daquele próprio ao discurso lingüístico. Esse significado, que será chamado de poético, será o resultado de uma seleção sêmica feita através de dois signos fornecidos e colocados em cadeia de união, formando um terceiro signo, síntese dos dois, fruto de uma atividade psicológica.

A metáfora, como diz Tudor Vianu (50) "pressupõe a alternância, na consciência, de duas séries de representações: 1º, uma série de semelhanças entre a realidade designada em sentido próprio pela palavra respectiva e a realidade designada por ela em sentido metafórico; 2º, uma série de diferenças entre as duas realidades. A metáfora é a constante psicológica da percepção de uma unidade dos objetos através do véu de suas diferenças". (pág. 19)

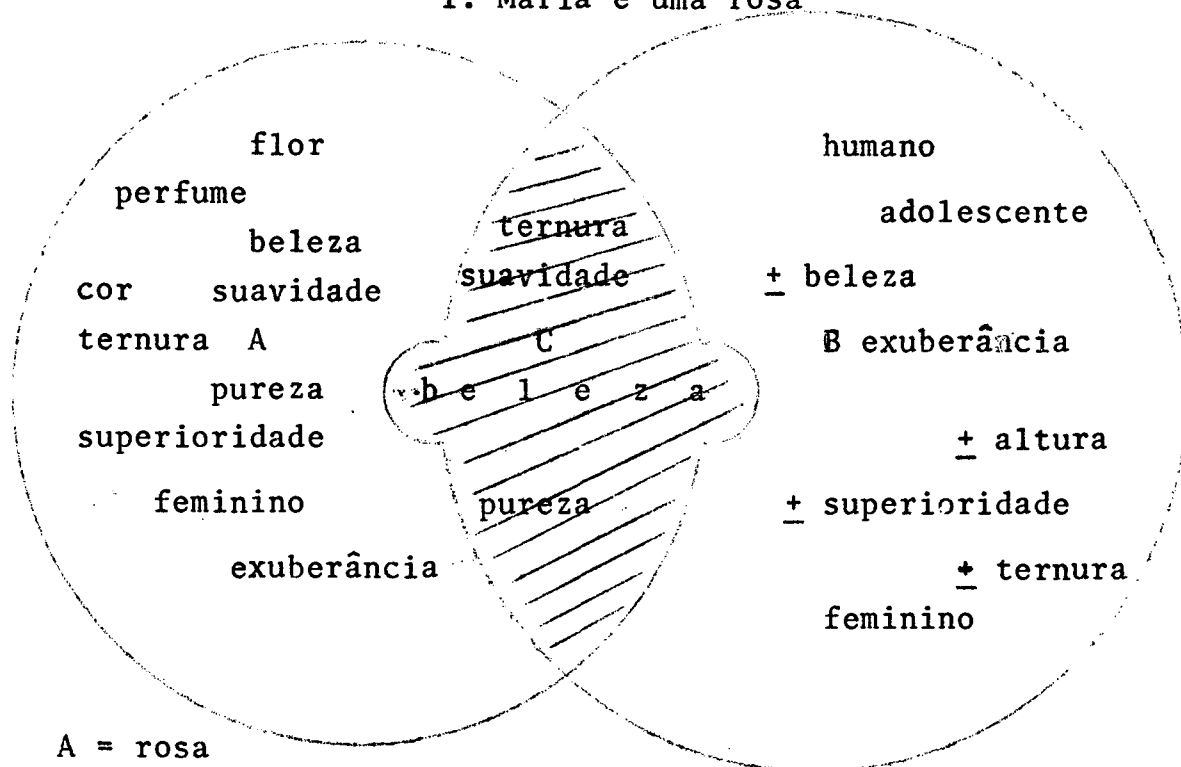
Se concretizar significa abstrair semas ou: eliminarmos certos semas para ficarmos com o(s) que propriamente referenciará(ão), conclui-se que as metáforas deverão atuar na concretização das palavras, pelo que segue. Se dissermos:

1. Maria é uma rosa - estabelecemos uma comparação mental entre Maria e rosa, e concluimos de que não se trata de uma moça feia;
2. A noite era um pulmão ofegante - sei que ela não estava quieta, calma; sei que os fenômenos da natureza estavam em franca atividade.
3. Ao pé da montanha descansamos - houve uma comparação feita no tempo, isto é: já de há muito tempo esquecemos os vários semas que a palavra "pé" poderia traduzir, havendo uma fixação sêmica contextual, fruto, também, de uma comparação mental.

Ou, mais propriamente, vejamos como esses nomes

(maria, Noite e Pê) estão diminuídos da extensão, isto é: concretizados:

1. Maria é uma rosa



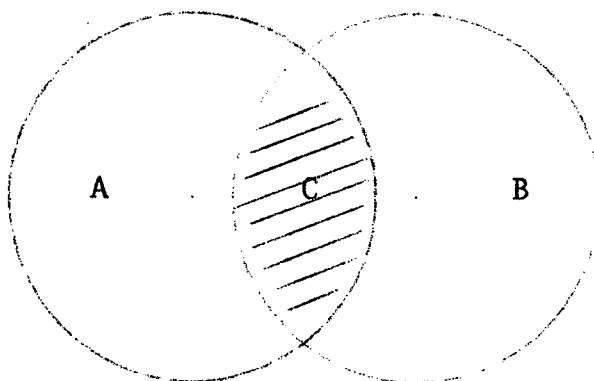
A = rosa

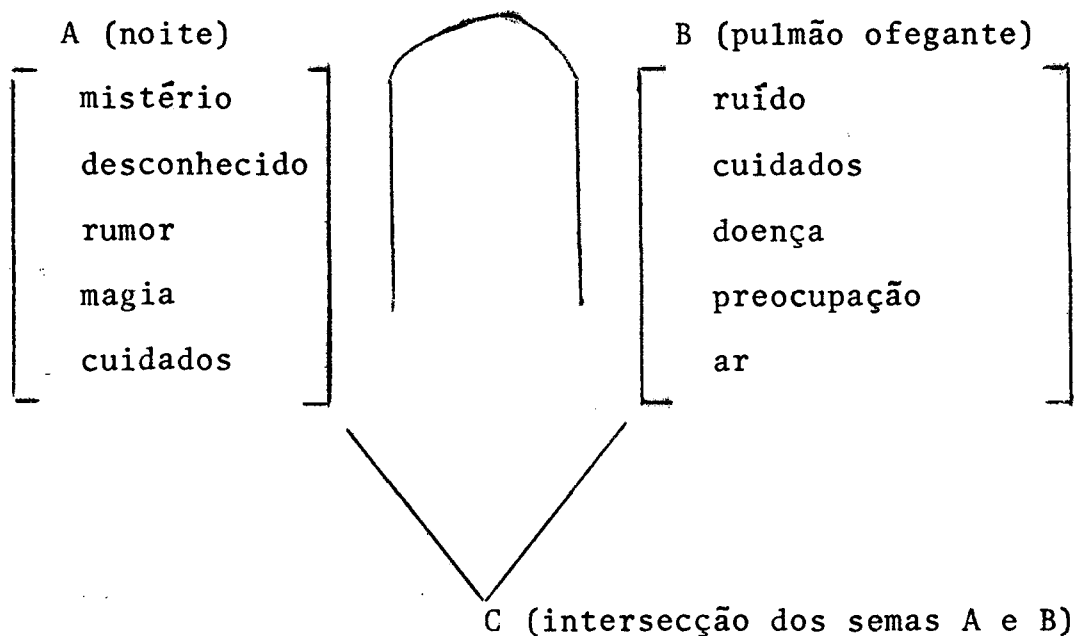
B = Maria

A B = Seleção dos semas fornecidos para Maria e rosa

A metáfora concretizou justamente por abstrair de uma série de semas aqueles que deveriam caracterizar o nome Maria.

2. A noite era um pulmão ofegante





Ruidosa:

- inspirava cuidados
- ventania
- tempestade

Concretização por seleção sêmica, atribuindo-se um significado II (não lingüístico e sim poético) a A, por comparação mental com B.

3. Ao pé da montanha descansamos

Com o mesmo esquema poderíamos mostrar como se efetuou a concretização de A - "pé". Colocamos essa frase apenas para levantarmos o fato de que a metáfora se subdivide em catacrese, sinestesia e símile, nos transportando, assim, para contextos poéticos do Romantismo, do Simbolismo ou de qualquer canto lírico.

Nessa terceira frase temos uma metáfora continuada no tempo. Isto é: antigamente houve uma metáfora que, atualmente aparece quase que despercebida por força do largo emprego da palavra com essa conotação - base da montanha -, formando, assim, o que os estilistas chamam de catacrese.

A metáfora, bem como toda a linguagem figurada, são recursos utilizados para a comunicação, para facilitar

o entendimento daquilo de estético que se quer transmitir. É mais ou menos o pensamento de Charles Bally (51), quando diz que a linguagem figurada "resulta da imperfeição do espírito humano, das necessidades inerentes à comunicação das idéias e da insuficiência dos meios de expressão" (pág. 184).

Maria Luiza Ramos (49) assim se expressa: "Se a imaginação é a faculdade de representar pelo pensamento um objeto, em vez de intuí-lo por meio da percepção, claro se torna o seu papel substitutivo e complementar. E é essa função substitutiva que caracteriza a imagem no terreno da expressão lingüística: a intencionalidade de uma determinada significação nominal é deslocada de um objeto para outro. Naturalmente, isto é possível pelo fato de o conteúdo formal de determinada palavra apresentar analogia com o conteúdo de outra palavra, para a qual se deslocou a intencionalidade.

Em vez de constituir processo anômalo de significação, a metáfora é apenas o resultado da multi-radiação do fator intencional que integra a estrutura nominal. Vejamos esse exemplo:

"Com minhas frágeis
e frias mãos
cavei um poço
no fundo do horto
da solidão" (*)

Imediatamente se percebe que esse poço não tem caracterização existencial dentro do contexto, do mesmo modo que não tem horto da solidão. E o confere a essas palavras uma posição existencial definida ou seja, uma supra-realidade, é o fato de o seu conteúdo formal evocar o objeto da angústia ou da insatisfação do poeta, sentimentos cuja abstração é difícil de traduzir num conteúdo material. O poço apresenta-se, então, como a concretização do vazio

(*) A autora transcreveu um texto de Henriqueta Lisboa, de "O Poço", in "Lírica", Livraria José Olímpio Editora. Rio, 1958. pág. 168.

e da ameaça nesse lugar anímico tão bem representado pela expressão horto da solidão.

Não sendo considerada do ponto de vista da caracterização existencial, a palavra poço não denota qualquer fenômeno real ou ideal e não pode, pois, o leitor prender-se à perspectiva sintagmática. Como metáfora, a expressão se completa fora do contexto em conotações várias, dentro de uma perspectiva paradigmática". (pág. 100-101)

4. CONCLUSÃO

Diremos que um nome é concreto se:

1. for um signo espontâneo ou natural, contendo apenas uma díade referencial;
2. se for um nome próprio, por ter sempre um contexto definido;
3. se for um nome técnico, respeitando-se as classes sócio-culturais que o utilizam;
4. se for um signo convencional em contexto, observando-se que:
 - a. os adjetivos, os dêiticos, as locuções adjetivas e os possessivos são os determinantes que mais concretizam;
 - b. os numerais precisam normalmente do artigo para referenciarem melhor;
 - c. o artigo definido concretiza mais que o indefinido;
 - d. o artigo definido concretiza quando:
 - tiver função atributiva e referencial;
 - indicar posse;
 - indicar afetividade, familiaridade, popularidade;
 - for um dêitico;
 - agir como um determinativo;
 - indicar totalidade;
 - tiver valor intensivo;
 - e. o artigo definido não concretiza quando:
 - tiver somente função atributiva;
 - quando traduzir vulgaridade;
 - quando traduzir gênero, conjunto não limitado;
 - f. o artigo indefinido concretiza quando em nomes próprios quisermos:
 - acentuar a semelhança de alguém com alguma personalidade célebre;

- destacar alguém como símbolo de uma espécie;
- destacar alguém pela notoriedade da família;
- g. o artigo indefinido concretiza quando se referir a nomes que existam sempre aos pares, principalmente pares do corpo;
- h. o artigo indefinido não concretiza nos demais casos;

5. os mecanismos que concretizam com menos intensidade são:

- a. a analogia - que concretiza por associação de idéias, tentando regularizar as terminações a outras terminações mais gerais e, portanto, mais conhecidas e usadas, ou uniformizando regências verbais ou estruturas fonéticas. É um tipo de concretização mais psicológico que gramatical, uma vez precisarmos para se conseguir efetuar a analogia, abstrair do termo transmitido e do termo concorrente um elemento de comparação ou um elemento coletivo, constituído pelas formas que criaram esse concorrente;
- b. a onomatopéia - que em sua forma primitiva é sempre concreta e em sua forma secundária concretiza pelo fato de o som reproduzir o significado, devendo ser, necessariamente, a intenção e a educação emotivo-artística, elementos que caracterizam a forma secundária da onomatopéia, perfeitamente homogêneas no emissor e no receptor;
- c. as metáforas concretizam por traduzirem semelhança ou por aproximarem pela diferença;

6. as funções sintáticas auxiliam na concretização porque:

- a. certas funções sintáticas exigem um conhecimento maior, uma determinação maior do nome, do que outras;
- b. as funções sintáticas servem para concretizar, por atribuírem funções de referência, de atri-

buto, de tempo, de espaço, ...

7. é abstrato todo signo convencional fora do contexto com exceção dos nomes próprios e dos nomes técnicos, por referenciarem genericamente, e necessitarem ainda de um processo de abstração de semas;
8. concretizamos abstraído, e só podemos abstrair com o signo em contexto, porque
9. só em contexto o signo poderá ser concreto (contexto "ad hoc" ou natural);
10. o teor emotivo ou afetivo do texto pode anular o colocado sobre os mecanismos de concretização, alterando o grau de concretização que lhes é próprio, uma vez a palavra referir essencialmente em contexto (haja visto o capítulo acerca dos determinantes no texto poético). Nestes casos, mais imperiosa se torna a necessidade de homogeneizar a intenção e a educação emotivo-artística entre o emissor e o receptor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

29. ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, José Olímpio Ed. 15 ed., 1972.
30. CUNHA, Celso. Gramática do Português Contemporâneo. Belo Horizonte, Ed. Bernardo Álvares 3a. ed., 1972.
31. SAID ALI, M. Gramática Secundária da Língua Portuguesa. São Paulo, Melhoramentos, 8a. ed., 1969.
32. BUYSENS, Eric. Semiologia e Comunicação Lingüística. São Paulo, Cultrix (s/ed.), 1972.
33. GREIMAS, A. J. Semântica Estrutural. São Paulo, Cultrix (s/ed.), 1973.
34. LAPORTE. Le Probleme de l'Abstraction. Paris, 1940 (pág. 119).
35. KATO, Mary Aizawa. A Semântica Gerativa e o Artigo De finido. São Paulo, Ática (s/ed.), 1974.
36. CARVALHO, Ronald de. Cidade de Cusco. In Poesia e Prosa. Apud Peregrino Júnior. "Poesia e Prosa, Rio de Janeiro, Agir (s/ed.), 1960.
37. KRISTEVA, Julia. Introdução à Semanálise. São Paulo, Ed. Perspectiva (s/ed.), 1974.
38. ALMEIDA, Guilherme de. O Cateretê. In As Danças. Apud Wilson Martins. "O Modernismo". São Paulo, Cultrix 3a. ed., v. IV, 1969.
39. JOLIVET. Curso de Filosofia. Rio de Janeiro, Agir (s/ed.), 1968.
40. BOURCIEZ, E. Éléments de Linguistique Romane. Paris, Librairie C. Klincksieck (s/ed.), 1967.
41. BLOOMFIELD, Leonard. Language. London, George Allan & Unwin Ltda. (s/ed.), 1969.
42. BRÉAL, M. Essai de Semantique. Apud Adam Schaff. "Introdução à Semântica". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (s/ed.), 1968.
43. SÁ NOGUEIRA, R. Subsídios para o Estudo das Conseqüências da Analogia em Português. Lisboa, Livraria Clássica (s/ed.), 1937.

44. LEHMANN, R. Introducción a la Linguística Histórica. Madrid, Editorial Gredos (s/ed.), 1969.
45. LAPA, M. Rodrigues. Estilística da Língua Portuguesa. R. de Janeiro, Livraria Acadêmica, 6a. ed, 1970.
46. CASSIRER. Philosophie der Symbolischen Formen. Berlim (s/ed.), 1923.
47. GRAMMONT, M. Traité de Phonetique. Paris, Ed. Payot (s/ed.), 1923.
48. ANDRADE, Carlos Drumond de. Lição de Coisas. Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 2a. ed., 1965.
49. RAMOS, M. Luiza. Fenomenologia da Obra Literária. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 3a. ed, 1974.
50. VIANU, Tudor. Los Problemas de la Metáfora. Buenos Aires, Editorial Universitária de Buenos Aires (s/ed.), 1967 (Trad. Manuel Serrano Pérez).
51. BALLY, Charles. Traité de Stylistique Française. Genève, Paris, Librairie Georg & Cie. 5.Q e Librairie C. Klincksieck (s/ed.), 1951.

BIBLIOGRAFIA CITADA

1. ALMEIDA, Guilherme de. O Cateretê. In As Danças, Apud Wilson Martins. "O Modernismo". São Paulo, Cultrix 3a. ed., v. IV, 1969.
2. ANDRADE, Carlos Drumond de. Passeios na Ilha - in Antologia Poética. Rio de Janeiro, Ed. do Autor, 4a. ed., 1963.
3. ANDRADE, Carlos Drumond de. Lição de Coisas. Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 2a. ed., 1965.
4. AQUINO, S. Tomás de. Summa Theologiae. Paris Tertia, Taurini Romae, (s/ed.), 1968.
5. ARISTÓTELES. Organon, I Categories; II L'Interpretation. Trad. par J. Tricot. Paris Livrarie Philosophique J. Vrin, (s/ed.), 1946.
6. BALDINGER, Kurt. Teoria Semântica. Haccia una Semântica Moderna. (La Realidad y Lo Objeto Mentale). Madrid, Ediciones Alcalá (s/ed.), 1970.
7. BALDWIN. Thought and Things, Vol II - cap IV. Apud Ogden & Richards.
8. BALLY, Charles. Linguistique Générale et Linguistique Française. Berna, 1940.
9. BALLY, Charles. Traité de Stylistique Française. Genève, Paris, Librairie Georg & Cie. S. Q. e Librairie C. Klincksieck (s/ed.), 1951.
10. BANDEIRA, Manuel. Carnaval. In Poesia Completa e Prosa. Rio de Janeiro, Ed. Aguilar (s/ed.), 1967.
11. BARTHES, Roland. Elementos de Semiologia. São Paulo, Cultrix (s/ed.), 1964.
12. BRÉAL, M. Essai de Semantique. Apud Adam Schaff. "Introdução à Semântica". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (s/ed.), 1968.
13. BLOOMFIELD, Leonard. Language. London, George Allan & Unwin Ltda. (s/ed.), 1969.
14. BOURCIEZ, E. Éléments de Linguistique Romane. Paris, Librairie C. Klincksieck (s/ed.), 1967.

15. BUYSSENS, Eric. Semiologia e Comunicação Lingüística. São Paulo, Cultrix (s/ed.), 1972.
16. CARVALHO, José G. Herculano. Teoria da Linguagem - Natureza do Fenômeno Lingüístico e a Análise das Línguas. Coimbra Atlântica Ed., Tomo I (s/ed.), 1970.
17. CARVALHO, Ronald de. Cidade de Cusco. In Poesia e Prosa. Apud Peregrino Júnior. "Poesia e Prosa", Rio de Janeiro, Agir (s/ed.), 1960.
18. CASSIRER. Philosophie der Symbolischen Formen. Berlim (s/ed.), 1923.
19. CRUZ E SOUZA, João da. Violões que Choram - in "O Simbolismo" Apud Massaud Moisés. São Paulo, Cultrix 6a. ed., 1969.
20. CUNHA, Celso. Gramática do Português Contemporâneo. Belo Horizonte, Ed. Bernardo Álvares 3a. ed., 1972.
21. CURI, José. O Signo Lingüístico como Expressão Intencionalística. (Tese de Livre Docência, apresentada e defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, em março de 1974).
22. GOETHE. Fausto. Apud St. Ullmann. "Semântica - Introducción a la Ciencia del Significado". Madrid, Aguilar 2a. ed., 1967.
23. GRAMMONT, M. Traité de Phonetique. Paris, Ed. Payot (s/ed.), 1923.
24. GREIMAS, A. J. Semântica Estrutural. São Paulo, Cultrix (s/ed.), 1973.
25. HUSSERL, E. Logische Untersuchungen. Halle (s/ed.), 1921. Apud Adam Schaff - "Introdução à Semântica", e Ogden & Richards - "O Significado do Significado".
26. JOLIVET. Curso de Filosofia. Rio de Janeiro, Agir (s/ed.), 1968.
27. KATO, Mary Aizawa. A Semântica Gerativa e o Artigo De finido. São Paulo, Ática (s/ed.), 1974.
28. KRISTEVA, Julia. Introdução à Semanálise. São Paulo, Ed. Perspectiva (s/ed.), 1974.
29. LAPA, M. Rodrigues. Estilística da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 6a. ed., 1970.

30. LAPORTE, Le Probleme de l'Abstraction. Paris, 1940, (pág. 119).
31. LEHMANN, R. Introducción a la Linguistica Historica. Madrid, Editorial Gredos (s/ed.), 1969.
32. LYONS, John. Linguistique Générale. Paris, Librairie Larousse (s/ed.), 1970.
33. MATTORÉ, G. La Methode en Lexicologie. Paris, Didier (s/ed.), 1953.
34. OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A.. O Significado de Significado - Um Estudo da influência da Linguagem sobre o Pensamento e sobre a Ciência do Simbolismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores (s/ed.), 1968.
35. PLATÃO. Epístola Sétima. Apud W.M. Urban. "Language and Reality". Londres, 1939 (pág. 53).
36. PEIRCE, C. S. Logic as Semiotic: Theory of Signs, in Philosophical writings of Peirce. New York (s/ed.), 1955.
37. RAY, Alain. La Lexicologie. Paris, Librairie C. Klincksieck (s/ed.), 1970.
38. RAMOS, Maria Luiza. Fenomenologia da Obra Literária. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 3a. ed., 1974.
39. ROCHA LIMA, Carlos Henrique. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, José Olímpio Ed. 15 ed., 1972.
40. ROSA, João Guimarães. Sagarana. Rio de Janeiro, José Olímpio Ed. 13 ed., 1971.
41. ROSA, J. Guimarães. Primeiras Estórias. Rio de Janeiro, José Olímpio Ed. 5a. ed., 1969.
42. ROSA, J. Guimarães. Tutaméia. Rio de Janeiro, José Olímpio Ed. 2a. ed., 1968.
43. SÁ NOGUEIRA, R. Subsídios para o Estudo das Conseqüências da Analogia em Português. Lisboa, Livraria Clássica (s/ed.), 1937.
44. SAID ALI, M. Gramática Secundária da Língua Portuguesa. São Paulo, Melhoramentos, 8a. ed., 1969.
45. SAPIR, Edward. Linguística como Ciência. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica (s/ed.), 1969.

46. SAUSSURE, Ferdinand. Curso de Lingüística Geral. São Paulo, Ed. Cultrix, 4a. ed., 1972.
47. SCHAFF, Adam. Introdução à Semântica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira (s/ed.), 1968.
48. TRIER. Apud Pierre Guiraud. "La Semantique". Paris Press Universitaires de France, 1962.
49. TRIER, J. Der Deutsche Wortschatz im Sinnbezirk des Verstandes. Die Geschichte eines Sprachlichen Feldes. Apud Stefenn Ullmann "Semántica" - Introducción a la Ciencia del Significado. Madrid, Aguilar 2a. ed., 1967.
50. ULLMANN, St. Introdution a la Semantique Française. (La Estrutura de lo Vocabulario). C. S. I. C. Madrid.
51. ULLMANN, St. Semántica. Introducción a la Ciencia del Significado. Madrid, Aguilar 2a. ed., 1967.
52. VIANU, Tudor. Los Problemas de La Metáfora. Buenos Aires Editorial Universitária de Buenos Aires (s/ed.), 1967 (Trad. Manuel Serrano Pérez).